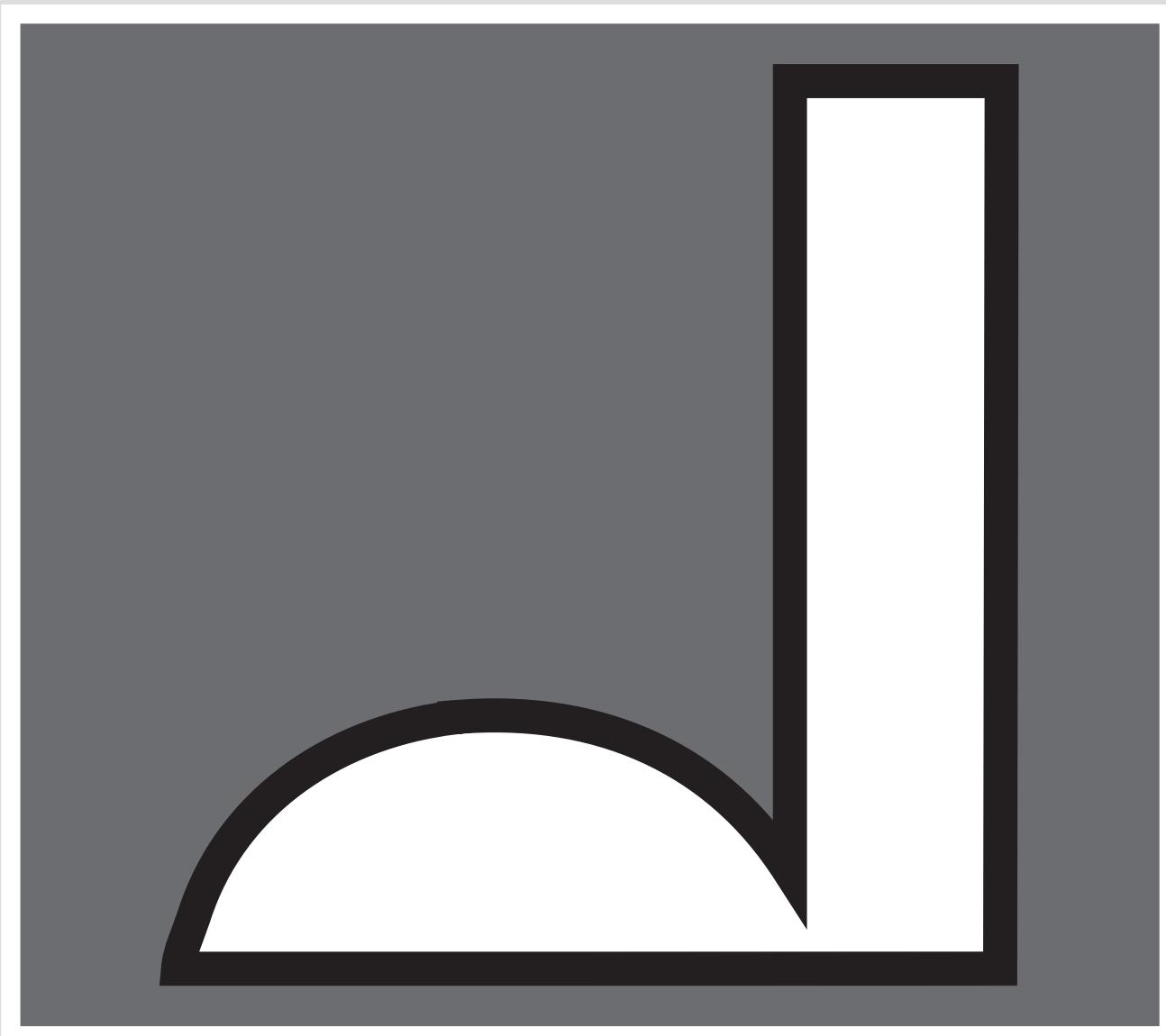




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 115 - SÁBADO, 4 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges – DEM-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19 LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 19 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 27 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM¹/PSDB) – 29 LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES LÍDER DO DEM – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 117ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR EDISON LOBÃO – Cobrança de seriedade na aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em obras de infra-estrutura.

25839

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Apelo aos Ministros da Saúde e da Educação, por medicamentos e livros para a população de baixa renda.....

25841

SENADOR TIÃO VIANA – Elogios ao Presidente Lula pela destinação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento para a infra-estrutura da Amazônia.....

25845

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro da assinatura, hoje, de convênios pelo Presidente Lula, liberando recursos para aplicação em obras de habitação e saneamento.....

25848

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao Governo Federal.....

25850

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

25857

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2006 (nº 5.919/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria mil, novecentos e cinqüenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue dois mil, cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; e dá outras provisões.

25857

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da

Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que altera o art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e o inciso I do caput do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª instância, e dá outras providências (estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais).

25857

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências, tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

25857

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005 (nº 3.167/97, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição de recurso ali previsto.

25857

1.2.3 – Ofício

Nº 155/2007, de 1º do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 382, de 2007.....

25857

1.2.4 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 22, de 2007-CN (Mensagem nº 101, de 2007-CN – nº 552/2007, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00 (um bilhão, novecentos e sete milhões, oitocentos e três mil, setecentos e dezoito reais), para reforço de doações constantes da Lei Orçamentária vigente. ..

25858

Nº 23, de 2007-CN (Mensagem nº 102, de 2007-CN – nº 556/2007, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor

do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$80.990.000,00 (oitenta milhões, novecentos e noventa mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

Nº 24, de 2007-CN (Mensagem nº 103, de 2007-CN – nº 557/2007, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$197.391.229,00 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e nove reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 22 a 24, de 2007-CN, lidos anteriormente; estabelecimento de calendário para tramitação das matérias.....

1.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 125, de 2007 (nº 572/2007, na origem), comunicando que se ausentará do País no período de 5 a 10 do corrente, em viagem oficial ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá.

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da realização do I Congresso de Municípios da Amazônia Ocidental, no mês de julho, em Manaus.....

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, revelando os

25865

custos da falta de políticas eficazes de contenção da criminalidade.

25877

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSÃO ANTERIOR

Do Senador Flávio Arns, na sessão do dia 13 de março de 2007, que ora se republica para retificação.....

25877

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

25871

25876

25876

Ata da 117^a Sessão Não Deliberativa, em 3 de agosto de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que falo desta tribuna, 12 Governadores de Estado e dezenas de Prefeitos municipais assinam, no Palácio do Planalto, convênios para realização de projetos do PAC. Trata-se de ferrovias, rodovias, aeroportos, setor de segurança, de saneamento, residências populares e um sem número de outras obras contempladas nesse projeto. Em verdade, não se cuida de uma doação de recursos federais aos Estados e Municípios, mas financiamentos de longo prazo, em torno de 20 anos, com quatro anos de carência e juros muito baixos. São recursos do FAT, do próprio Orçamento da República e assim por diante.

Para o meu Estado, Sr. Presidente, estão sendo destinados cerca de R\$500 milhões. O Governo do Estado, desde logo, recebe R\$111 milhões; a Prefeitura de São Luís, um pouco mais de R\$60 milhões; Municípios como Imperatriz, Timon, Caxias e tantos outros, também estão contemplados. Pelo País afora, há realmente uma plethora estimada de grandes recursos que serão investidos nesse programa que visa a aceleração do crescimento nacional.

Sr. Presidente, é bom que esses recursos sejam bem aplicados. Para que isso aconteça, é indispensável um acompanhamento estreito por parte do Governo Federal, por parte dos Governos estaduais e por parte até dos titulares das prefeituras. O que tem acontecido ao longo dos anos é que recursos escassos federais se perdem nas chamadas obras inacabadas.

Há cerca de seis anos, criamos no Congresso Nacional uma comissão mista de Deputados e Senadores, da qual fui o vice-Presidente, para levantar no Brasil inteiro as obras que não haviam sido concluídas. Chegamos à conclusão, depois de longas viagens e estudos, que mais de 3 mil obras, espalhadas por este País, não haviam sido concluídas; muitas delas nem sequer iniciadas. E os recursos todos considerados aplicados. Isso significa jogar pelo ralo da irresponsabilidade e da corrupção recursos preciosos do povo brasileiro. Não podemos ter a repetição daqueles episódios. Não há obra mais cara do que a obra inacabada.

Digo isso para exaltar uma decisão do Ministro Márcio Fortes, que tornou uma iniciativa como titular do Ministério que mais vai investir no PAC, que é o Ministério das Cidades: o Ministro determinou a criação de um pequeno núcleo em cada Município que vai receber recurso do PAC e em cada Estado para que se entendam diretamente com o Ministério sobre a liberação dos recursos. Mas o Ministério quererá saber, passo a passo, a realização de cada obra, sem o que o fluxo de recursos será interrompido com a responsabilização daqueles que tiverem aplicado mal o dinheiro público. Não posso deixar de cumprimentar o Ministro Márcio Fortes por essa iniciativa. Aliás, não foi apenas essa.

No caso do Aeroporto de Porto Alegre, uma informação que eu nem sequer sabia. A pista é curta – dois mil e poucos metros – mas por ali são exportadas muitas mercadorias em aviões que saem com meia lotação, exatamente em virtude de ser curta a pista e sob a alegação de que não há solução para ampliá-la. O que fez o Ministro Márcio Fortes? Foi ele próprio examinar a situação – e ele nada tem a ver com aeroportos – e verificou que havia favelas nas duas cabeceiras. O que fez ele? Propôs a retirada dos favelados dando-lhes casas mais decentes em outros lugares, melhores até – a um custo, é claro, ao Governo Federal. Retirando-os dali, será possível ampliar a pista para até 4 mil metros, ainda com área de escape. Olha que coisa criativa!

Ele fez os cálculos e chegou à conclusão de que será muito mais barato para o País fazer esses investi-

mentos hoje e se beneficiar dos recursos que advirão das exportações com aviões à plena carga. O Presidente Ernesto Geisel costumava dizer que é muito fácil governar com recursos abundantes, o difícil é governar com a imaginação criadora. Pois é o que está fazendo o Ministro Márcio Fortes. Oxalá os demais Ministros do Presidente Lula procedam do mesmo modo para que este País tenha, realmente, um avanço nos seus procedimentos administrativo.

Observou-se, também, nessa primeira investida do PAC, que havia completa dissociação entre interesses dos Governadores e dos Prefeitos. Volto, ainda, ao Ministro Márcio Fortes, como exemplo – sei que outros terão agido, também, desse modo: o Ministro Márcio fortés procurou vários Governadores, colocou-os em contato com grupos de prefeitos e chegaram à conclusão de que uma ação integrada, em cada Estado, entre os Municípios e o Governo do Estado seria muito mais útil para a própria comunidade estadual, assim como para os recursos que seriam ali aplicados.

Eu estou aqui, portanto, Sr. Presidente, para louvar ações dessa natureza, que não apenas servem ao povo brasileiro, mas servem, por igual, ao estilo de administração que devemos ter neste País. Nós não poderemos ter, no século XXI, um país de procedimentos artesanais na sua administração. Ou nós nos modernizamos, e com rapidez, ou, então, corremos o risco de ficarmos, mais uma vez, para trás nessa corrida do desenvolvimento no mundo inteiro.

Ouço o aparte do eminente Senador Mão Santa, que me dá muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Ouço o aparte do eminente Senador Mão Santa, que me dá muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Resolvi participar. Vi o Senado funcionando por suas muito boas instituições como a Rádio Senado. Eu me lembra – permita-me dizer isso, porque é até uma inspiração para o futuro de V. Ex^a – de que quando V. Ex^a, Senador Edison Lobão, governava o Maranhão, eu accordava às 6 horas para ouvi-lo conversar com o povo do Estado. Somos vizinhos. Havia uma rádio em Parnaíba, a Igarassu, que transmitia a fala dele. Com todo o respeito ao Presidente José Sarney, lembro que do quadro dele era o Pelé. Do lado vizinho e pela amizade que tenho a todos, lembro-me de que havia um eleição perdida. Então, fui buscá-lo. Ele saltou como cantor – iria dormir em Parnaíba. E ele ganhou, mudou o resultado da eleição. Tenho esse respeito. Quero dizer, Senador Tião Viana, que o Senado só tem sentido se formos os pais da Pátria ou então vamos fechar esta Casa. Quando eu não sentir que sou

um exemplo para este País, podem fazer uma CPI de toda a minha vida, Senador Tião Viana. Estou pedindo isso a V. Ex^a. Não precisam ficar com chantagem e com processo. Esses bandidos... Podem fazer uma CPI da minha vida toda, analisá-la desde o primeiro cheque que emiti, do Banco da Lavoura – talvez V. Ex^a nem tivesse nascido naquela época. Quero contar a história da ditadura e da revolução. Cocal, Tenente Hudson Prado. Por isso muita gente foi cassada. Tinha que ser cassada mesmo, tem um lado positivo. É para punir mesmo. Atentai bem! O pai de V. Ex^a foi governador, na época. Tenente Hudson Prado. Uma escola em Cocal, Vicente de Paula, pólo esportivo, tudo. Relatório: uma casa velha, não tem nada de polivalente; é uma máquina de escrever é só o que tem lá – Underwood. 1936. Cassou-se muita gente. Aí é que a revolução mudou a situação; antes, o Deputado levava o dinheiro liberado pelo Governo Federal e no meio do caminho ele desaparecia. Quero dar testemunho da validade desse homem. Eu era Governador do Estado quando ele chegou para fazer o levantamento dessas obras inacabadas – antes da Gautama, desse rolo – que no Piauí pararam. Tem um vigarista lá que pegou aquele dinheiro para o Luz no Campo, roubou todo o dinheiro e ainda é deputado, e não sei o quê. Antes havia quatrocentas obras inacabadas, dito pelo Tribunal de Contas da União. Eu recebi V. Ex^a e vou dar o exemplo, porque V. Ex^a é um pai da pátria, é aquele que foi homenageado e o povo acreditou e virou a eleição no Maranhão. Eu estava lá. Vou dar só um exemplo, porque um quadro vale por dez mil palavras: tinha a Ponte da Amizade, como essa ponte vergonhosa que o Luiz Inácio foi lá e disse que ia comemorar os cento e cinqüenta anos de Teresina. Vai fazer cento e cinqüenta e seis. Roubaram tudo. Ele disse que já mandou o dinheiro. Fiz, no mesmo rio, uma ponte em oitenta e sete dias, com o engenheiro do Piauí, Lourival Parente, construtora do Piauí, operário, dinheiro do povo; convidei o Fernando Henrique Cardoso para bailar e botei o nome do Wall Ferraz, que era o ex-Prefeito. Heráclito fez uma no mesmo rio em 100 dias. Mas a Ponte da Amizade... Eu conversando, ó Tião, com o Presidente Sarney, uma vez, informalmente, com muito respeito, ele disse que tinha mandado dinheiro que dava para construir quatro. E era uma das obras inacabadas e está lá. Então, V. Ex^a tem essa autoridade. Quis Deus que estivesse aí para eu dizer o seguinte: V. Ex^a é a esperança de melhores dias. Ó Tião Viana – deixe-o ouvir porque eu quero falar para ele, aguarde um instante –, esse homem estava no lugar de V. Ex^a no momento mais difícil dos 183 anos deste Senado. Aprenda. V. Ex^a é feliz porque o exemplo não está longe; está bem aí. Vá se aconselhar com esse homem. No momento mais difícil, digladiava Antonio Carlos Magalhães, que foi para

o céu, porque a gente é julgado pelas obras todas e ele fez muitas obras – São Paulo disse que fé sem obras já nasce morta – e a dele foi com obras, com o homem do PMDB, do Pará, esse homem assumiu, atravessou o mar vermelho, entregou este Senado às mãos limpas e honradas do santo Ramez Tebet. Ele estava no seu lugar. V. Ex^a é um predestinado porque não precisa buscar exemplo na História. O exemplo está nesse homem, que soube vencer as turbulências desta Casa. Meus parabéns e minha admiração.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me deixa em situação de timidez cívica com os encômios e com a sua generosidade. O relato de V. Ex^a, no que diz respeito a mim, é motivo de felicidade, mas não posso deixar de dizer que, quando V. Ex^a começa seu aparte dando notícia de que às 6 horas da manhã de cada dia eu já falava, como Governador de Estado, nas emissoras de rádio, entre as quais a da cidade de V. Ex^a, que é Parnaíba, V. Ex^a o faz porque às 6 horas da manhã já estava também acordado e era Prefeito do Município, trabalhando pelo povo de Parnaíba. Fez ali a melhor administração que a grande cidade de Parnaíba já teve em toda sua história, o que lhe garantiu projeção para ser, em seguida, Governador do Estado, excelente Governador.

Lembro-me perfeitamente do dia em que desembarquei em Teresina – e aí V. Ex^a já era Governador de Estado –, na missão do levantamento das chamadas obras inacabadas, em que fomos juntos, V. Ex^a e eu, V. Ex^a Governador e eu Senador, presidindo o grupo que foi ao Piauí. Fomos a uma universidade que estava também inacabada, a um hospital, a algumas obras federais inacabadas que ali se encontravam.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a, que é o espírito da lei: o hospital ainda está inacabado, não funciona. Agradecemos pela Ponte da Amizade, como isso é necessário, e acho que deve criar. E V. Ex^a, que tem experiência, já tem meu voto. E eu e Geraldo Mesquita Júnior...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... queremos participar dessa sua nova missão.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Pois veja, Senador Mão Santa, o hospital ainda está inacabado, desde aquela época. Nós, da Comissão, elaboramos aqui um relatório de mais de 800 páginas, levamo-lo ao Presidente da República.

O Presidente determinou que não se começasse nenhuma outra obra pública federal neste País enquanto não fossem concluídas as inacabadas constantes daquele relatório.

Levamo-lo também ao Ministro do Planejamento e ao Tribunal de Contas. Senador Tião Viana, Presidente em exercício desta Casa, e o que aconteceu? Absolutamente nada. Ninguém obedeceu às instruções do Presidente da República, nem às recomendações do Tribunal de Contas e muito menos do Ministério do Planejamento.

Nós não podemos neste País continuar administrando 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, com 190 milhões de brasileiros, dessa maneira irresponsável. Ou nós nos damos conta de que a responsabilidade há de ser a locomotiva da administração, como acentua muito bem o Senador Mão Santa, ou estaremos destinados ao insucesso nessa corrida de competição com os demais países do mundo.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela generosidade da paciência e deixo aqui a minha esperança de que, nessa nova fase de obras públicas, possamos ter um novo destino para os recursos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e, a seguir, ao Senador Mão Santa.

Senador Geraldo, V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, estamos retornando de um curto recesso, período no qual colhemos fatos, alguns trágicos, outros lamentáveis e ainda outros que nos acometeram de profunda tristeza. Refiro-me ao falecimento de três Parlamentares, um deles dos mais eminentes Senadores da República, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Refiro-me também ao trágico acidente aéreo que vitimou cerca de 200 brasileiros.

Andamos pelo nosso Estado retomando contatos, retemperando-nos em conversa com os acreanos para voltarmos para este Senado Federal com disposição redobrada para continuarmos nosso trabalho.

Colhemos também fatos muito positivos, como a realização em nosso País do Pan, no Rio de Janeiro, ocasião em que os atletas brasileiros cumpriram com denodo e tiveram participação importantíssima.

Aqui quero louvar, de coração, o esforço feito pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro – este na pessoa do nosso querido Senador, hoje Governador, Sérgio Cabral – e pelo Prefeito César Maia, enfim de todos os que se envolveram na construção das condições objetivas para que o Pan fosse o sucesso que foi.

E, ao retornarmos às lides aqui na nossa Casa, tenho dois assuntos que me prendem particularmente a atenção neste momento. Mas, antes de abordá-los, eu

queria me referir a um fato lamentável ocorrido no meu Estado exatamente nesse período de recesso, quando por lá estávamos andando e percorrendo os Municípios, um fato que envolve uma autoridade federal e um policial da Polícia Militar. Creio que todos nós ainda temos na lembrança um fato ocorrido tempos atrás no nosso País num Estado do Nordeste, em que um juiz, de forma truculenta, arbitrária, atirou sem qualquer motivo, sem qualquer razão, no atendente de um supermercado que o interpelava, que o abordava, para tratar de assunto corriqueiro no mercado. Por falar nisso, eu não tenho notícia do que foi feito com esse juiz. E eu me refiro a esse fato para abordar a questão do abuso da autoridade, da prepotência, da vaidade que faz com que pessoas investidas em cargos, alguns de elevada importância, se transmudem em pessoas que não deveriam sequer ter o direito de conviver com todos nós, Senador Mão Santa. Sei da autoridade na qual nós, Senadores, estamos investidos, mas nunca me vali disso para tentar impô-la em qualquer circunstância. A minha própria identificação que faço onde chego é a minha carteirinha de habilitação. Não uso sequer a minha carteira do Senado Federal; uso a minha habilitação de trânsito. E conheço, no meu Estado, um cidadão, dentre muitos, investido na autoridade de Juiz Federal, o Dr. Jair Fagundes, que recentemente foi abordado em uma *blitz* e, de forma truculenta, arbitrária, segundo temos notícia, Senador Mão Santa, foi instado pelo policial que o abordou... Olha, a Polícia Militar do Acre é uma corporação... Tenho esse testemunho que colhi e ainda colho. Depois desse fato, conversei com alguns policiais militares, que revelaram reservadamente o constrangimento da maioria da Corporação, se não de todos, pelo fato ocorrido e por outros fatos, Senador Mão Santa, que ocorrem com populares e que nós, por vezes, nem ficamos sabendo. Mas esse fato teve repercussão no meu Estado.

O Juiz, Dr. Jair Fagundes, que é uma pessoa decente, humilde e correta, mas investida na autoridade de um Juiz Federal, foi abordado na rua – e estava com os filhos no carro. De forma indevida e truculenta, o policial tentou, de todas as formas, primeiro, retirar o Juiz Federal do carro; e ele pediu que o policial o informasse qual a irregularidade de trânsito que ele havia cometido. Não houve comunicação nesse sentido. E ficou o fato lamentável. Mas dele colhe-se a necessidade da experiência, Senador Mão Santa.

Creio que o Governador Binho Marques tem agora a oportunidade de – a todo instante isso deve ser feito, e, em episódios como esse, devemos fazê-lo com mais intensidade – talvez expurgar da Polícia Militar do Estado elementos que contrariam os preceitos, que não se comportam de forma adequada numa corporação

tão importante como aquela e que presta um serviço tão importante ao nosso Estado.

O fato está sendo investigado, está sendo apurado. Mas tenho consciência do que digo, Senador Mão Santa. Tratando-se do Dr. Jair Fagundes, digo que confio nos fatos que ele me relatou. Em momento algum, ele se valeu do próprio cargo para impor sua autoridade, porque se tratava de um assunto corriqueiro de trânsito. Ele sequer se identificou como Juiz inicialmente. Apenas depois, instado pelo policial, ele exibiu sua identidade de magistrado; mas no início não.

Portanto, trago este fato, sim, à consideração para expressar aqui da tribuna – o único espaço que tenho de manifestação – a minha solidariedade ao Juiz Federal Jair Fagundes e o meu apelo ao Governador Binho para que ele verifique com profundidade o que aconteceu e que não permita que a Polícia Militar seja contaminada por elementos como esse, que não tem o devido preparo e equilíbrio para funcionar como um policial militar numa corporação tão importante como aquela que temos no Estado.

Senador Mão Santa, como eu disse, tenho dois assuntos que me tomaram a atenção nos últimos dias. Recebi um *e-mail* da Srª Mônica Figueiredo Oliveira Ferreira que me sensibilizou profundamente.

Passo rapidamente a ler partes deste *e-mail*, porque se trata de um assunto dramático. Diz respeito ao Ministério do competente e diligente Ministro Temporão, a quem de logo faço um apelo para que este assunto mereça sua atenção, como é próprio do Ministro Temporão, com a responsabilidade que ele tem para solucionar assuntos dessa natureza.

A Srª Mônica diz aqui o seguinte, Senador Mão Santa, V. Exª que é médico:

Quem tem câncer tem pressa. Gostaria de saber como se sentiria caso soubesse que o seu segundo filho, com 26 anos, torna-se portador de LMC (Leucemia Mielóide Crônica), tendo que ser tratado pela rede pública, ter a chance de 85% de controlar a doença do seu filho com um medicamento diário administrado por via oral, que já fora autorizado pelo governo anterior, inclusive, passando à frente da Anvisa e esta foi a forma como o Glivec, [segundo ela, o medicamento] entrou no país, que o efeito colateral é quase nenhum e que o governo, vem se arrastando em negociar valores com o laboratório Novartis, diga-se de passagem, justamente quando o dólar encontra-se em uma de suas menores cotações e tendo o laboratório fabricante do medicamento como parceiro da campanha presidencial. Enquanto isso, o tempo vai passando trazendo uma an-

gustante expectativa, em que se chega próximo ao insuportável.

Quem tem câncer tem pressa. Gostaria de saber como se sentiria caso soubesse que seu filho começará a fazer uso de uma medicação, Interferon, que tem a chance de 15% de controlar sua doença, que os efeitos colaterais são considerados graves, que a forma de uso é diária, administrado por aplicação subcutânea, já considerada de segunda opção nos países onde a saúde é levada a sério.

Quem tem câncer tem pressa [diz mais uma vez Dona Mônica]. Gostaria de saber como se tivesse que entrar com um pedido para uma decisão judicial, estaria prejudicando muitos outros pacientes que compartilham ou não a mesma doença, pois as medicações básicas poderão vir a ser cortadas em função da falta do repasse da verba orçamentária complementar.

Quem tem câncer tem pressa. Gostaria de saber como reagiria agora se o seu passado retornasse, já que, há 23 (vinte e três) anos, quando um outro filho foi diagnosticado com LLA (Leucemia Linfoblástica Aguda), e que a forma de desrespeito pelos governantes continua a mesma com relação ao tratamento da leucemia na rede pública do País, há mais de 20 (vinte) anos. Na época, a falta de fiscalização fez com que o medicamento indicado para o tratamento estivesse sendo comercializado nas prateleiras das farmácias, quando, na verdade, eles eram para estar em local refrigerado, levando, inclusive, muitos pacientes à óbito. Nessa época, tive oportunidade de levar meu filho para ser tratado nos EUA e hoje ele está curado, graças a Deus, primeiramente, e a uma medicina evolutiva, rápida e humana. Isto é, conheci um país que preza pela governabilidade eficaz.

Por último, Senador Mão Santa, ela diz:

Quem tem câncer tem pressa. Gostaria de implorar-lhe que pacientes do Brasil portadores de LMC possam fazer uso do medicamento Glivec (Mesilato de Imatinib), do laboratório Novartis, que foi parceiro [diz ela no e-mail] do candidato Lula em eleição, e também que essa defasagem retrógrada nos hospitais de excelência no tratamento do câncer em todo o País tenha uma dinâmica urgente, já que quem tem câncer tem pressa e necessita tomar medicamentos de última geração do mercado mundial para que possa suportar com quali-

dade e quantidade de vida, sem no entanto deixar-se abater pela insegurança do descaso das autoridades competentes em relação ao bem mais precioso dos cidadãos que é sua saúde, mesmo estando amparados legalmente na Carta Magna, no seu art. 196.

Por que eu trago este assunto à baila? Nós, Senadores, recebemos centenas de e-mails dos brasileiros, diariamente, fazendo críticas, sugestões, reclamando de determinadas situações, o que é muito justo e democrático. Não sei se essa senhora tem outros espaços para colocar a sua insatisfação, a sua indignação, mas eu queria, primeiro, me dirigir, desta tribuna, ao Ministro Temporão. Espero que alguém faça chegar aos ouvidos de S. Ex^a este apelo dramático feito por uma mãe que tem, na sua família, casos de leucemia que precisam ser tratados com medicamentos de alto valor, inclusive, e que se vê na angústia, na expectativa e na perspectiva de não poder dar a sua família, a seus filhos o tratamento devido e adequado. Eu queria fazer, daqui, um apelo ao Ministro Temporão, uma pessoa que eu respeito muito no Governo, um brasileiro competente, que está à frente do Ministério da Saúde. Que ele tome conhecimento desse fato, que tome as providências necessárias para que a angústia dessa mãe e de milhares de outras possa ter uma definição, uma solução justa e necessária.

A ela digo que confio na diligência e na competência do Ministro Temporão e espero que as providências possam vir a ser tomadas, Senador Mão Santa.

Por último, Senador Mão Santa, V. Ex^a é testemunha do que faço com relação à minha cota na Gráfica do Senado Federal. Desde o início do mandato, tenho usado minha cota para tirar de lá publicações que reputo interessantes e importantes para a formação cívica e política do povo da minha terra e do povo brasileiro.

Oferecemos cursos sobre política, pois penso que, como militantes políticos que somos, Senador Mão Santa, nosso primeiro dever é participar e contribuir decisivamente para o crescimento da consciência política e cívica do nosso povo. Penso que o conhecimento seja fundamental para que esse processo tenha curso. O livro é o veículo desse processo.

Tenho oferecido cursos na área de política, tenho colocado à disposição da população do meu Estado publicações que dizem respeito à história política, econômica e social do nosso Estado, resgatado algumas obras importantes. E sou testemunha da receptividade que essas obras têm no seio da população, de quem injustamente dizem que não tem interesse pela leitura.

Não me canso de dizer, Senador Mão Santa, que isso é uma grande balela, isso é mentira! A população tem, sim, o maior interesse em conhecer, em ler, em ter

acesso a livros. Não tem é poder aquisitivo para isso. Livro, em nosso País, ainda é proibitivo para a grande maioria da população.

Nesse sentido, em uma das vezes em que tivemos um debate interessante aqui, fiz ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, outro Ministro competente deste Governo, uma sugestão de que o Governo Federal adotasse um programa tipo biblioteca popular, a exemplo do programa Farmácia Popular, já adotado pelo Governo, que coloca à disposição de uma faixa da população medicamentos a preços acessíveis, bastante reduzidos. E fiz a sugestão ao Ministro Temporão.

Falei desta tribuna, certa feita, sobre um programa desse porte e senti de parte de alguns colegas aqui a preocupação com a sobrevivência das editoras, caso o Governo Federal adotasse um programa dessa natureza.

Para a minha satisfação e alegria, Senador Mão Santa, tive a oportunidade de adquirir uma publicação de **Inocência**, de Visconde de Taunay, cuja editora faço questão de citar: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda. Senador Mão Santa, o livro custa R\$2,90. E há uma série de outras publicações da mesma coleção: **Senhora, Iracema, Escrava Isaura, Cinco Minutos**, etc. É uma publicação singela, papel de jornal, mas pelo preço ela se torna absolutamente acessível à grande maioria do povo brasileiro, que gosta de literatura, que gosta de ler. Portanto, cai por terra a tese de que, caso o Governo Federal adote um programa dessa natureza, ele causaria desconforto às editoras do País. Não causaria. Está aqui a prova, Senador Mão Santa. Se uma editora como essa, eu diria até que de forma patriótica, lança uma coleção dessas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fique à vontade, porque prorroguei seu tempo por dez minutos – é a nota que quero dar a V. Ex^a, ao seu projeto e ao Estado do Acre, que V. Ex^a e o Senador Tião Viana representam com toda a grandeza. Pode continuar à vontade.

Quero convidá-lo para dar uma palestra, no PMDB do Piauí, que é presidido por Alberto Silva, sobre aquele livro que estou lendo, **Política ao Alcance de Todos**. Depois quero levá-lo, com a sua encantadora esposa, ao Delta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a sua atenção e gentileza. Para mim seria motivo de muito prazer acompanhá-lo e, modestamente, participar, juntamente com os companheiros do PMDB do Piauí, de uma conversa sobre essa obra que V. Ex^a mencionou e sobre outros assuntos, além

de conhecer o Delta da sua terra, que é seguramente uma das regiões mais bonitas deste País.

Concluo, Senador Mão Santa – não vou nem tomar o tempo que V. Ex^a tão generosamente me concedeu –, para definitivamente espartar qualquer dúvida com relação ao que eu falava.

Uma editora como essa que mencionei, cujo nome faço questão de repetir, Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda. – o nome de fantasia é Kids –, publicou **Inocência**, uma obra clássica da literatura brasileira, e tem no rol de obras já produzidas mais de dez publicações. São aquelas obras clássicas da literatura brasileira que já se encontram sob domínio público. Entendo, barateou bastante o custo da produção, e essa editora, patrioticamente, colocou no mercado – está aqui –, por R\$2,90, uma obra que se torna acessível à grande maioria do povo brasileiro.

Era isso que o Governo Federal deveria estar fazendo, Senador Mão Santa, sem medo de desestabilizar as editoras neste País. Essa é a prova inconteste.

Portanto, aqui, desta tribuna, faço novamente a sugestão e um apelo ao Ministro Haddad, Ministro competente, diligente, que tem feito um bom trabalho no Governo Federal, para que encare com seriedade um projeto como este. O livro é a porta da nossa libertação, Senador Mão Santa, o conhecimento. E, para nós, que temos uma dívida histórica com o povo brasileiro na área da educação e da cultura, este seria um programa fantástico, caso fosse adotado pelo Governo Federal. V. Ex^a já imaginou livrarias espalhadas pelo País inteiro, livrarias populares, com livros de boa qualidade, romances, livros técnicos oferecidos à população por preços acessíveis, baratinhos, como dizemos aí pela rua?

Tenho certeza absoluta de que um programa como esse mereceria o aplauso do povo brasileiro, que tiraria dele o maior proveito possível.

Portanto, deixo aqui mais uma vez a sugestão ao Ministro Haddad e ao Governo Federal para que pense seriamente na adoção de um programa desse porte no nosso País, tão carente de educação, de leitura e de livros. Livro ainda é privilégio de uma parte muito pequena da população brasileira, e todo brasileiro deveria ter na sua cabeceira uma pilha de livros para que pudesse avançar no conhecimento, conhecer o mundo por meio da literatura e tivesse a possibilidade de ter conhecimento maior. Portanto, Senador Mão Santa, fica aqui mais uma vez o apelo.

Relembro ao Ministro Temporão o apelo feito pela Sr^a Mônica relativamente à solução para a aquisição e entrega aos portadores de Leucemia Mielóide Crônica o medicamento Glivec. Só o Governo tem condição de

estabelecer essa parceria com o segmento da população acometido de um mal tão grande.

Portanto, deixo meu apelo aqui a dois Ministros de excepcional atuação neste Governo: ao Ministro Haddad, para que adote esse programa de livraria popular no nosso País; e ao Ministro Temporão, para que dê uma solução definitiva à angústia e ao sofrimento de pacientes que precisam de medicamentos de alta resolução e de alto custo em nosso País.

Senador Mão Santa, cumprimentando V. Ex^a, os Senadores, às amigas e amigos que se encontram nas galerias, aos funcionários desta Casa, ao povo brasileiro, em particular ao povo da minha terra, despeço-me, nesta sexta-feira, para voltarmos aos embates na nossa próxima semana.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, nós queremos cumprimentá-lo pela busca de dois temas de grande importância: as dificuldades de saúde do povo brasileiro e a cultura.

Sou da época em que Monteiro Lobato disse: “Um país se faz com homens e livros”. E Cícero, nosso grande Senador, que traduz a grandeza da instituição – e esta é a maior instituição das liberdades democráticas... Nós estamos aqui, sexta-feira... Em 183 anos, nunca esta Casa abriu às segundas e sextas-feiras, e abriu conosco. Cícero, o grande Senador romano – como Ruy, o grande Senador brasileiro – disse: “Uma casa sem livro é como um corpo sem alma”.

Convidamos para usar da palavra o Vice-Presidente desta Casa, Senador, também pelo Estado do Acre – vai continuar o Acre na tribuna –, e Professor Tião Viana.

Eu entendo o título de professor muito grandioso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Maior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É a única profissão em que se pode ser chamado de mestre, igual a Cristo. E V. Ex^a significa isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – A única que o Imperador do Japão reverencia é a de professor em seu país.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu o reverencio como Professor, como Senador e como homem do Acre.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a atenção e o carinho de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Use da palavra pelo tempo necessário. Eu jamais ousaria cortar a palavra do Presidente, de fato, desta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não me demorarei na tribuna, Senador Mão Santa, apenas o necessário.

O Brasil vive um momento de inquietação diante deste trágico momento de dor por que passam todos, em razão da perda de vidas tão preciosas e tão inocentes, que se foram naquele trágico acidente, agora, envolvendo o avião da TAM. É uma crise que afeta o sistema aéreo brasileiro.

Está em curso um grande debate e uma busca de soluções para um plano emergencial. Temos grandes debates sendo travados hoje, entre Governo e Oposição, que vão do Marco Regulatório, do Programa de Aceleração do Crescimento, das Parcerias da Sociedade Privada com o Governo, pela dimensão de crescimento que o País apresenta hoje.

Mas eu trago algo muito distinto, que é um sentimento que vem lá do coração da Floresta Amazônica e que diz respeito, exatamente, a uma mensagem de um dos maiores sábios deste País, que abandonou a vida urbana formal. Saiu da Itália na década de 40 e, desde então, foi para o coração da Floresta Amazônica aprender com os povos tradicionais, com outros marcos civilizatórios, que estão nos índios, nos ribeirinhos e nos seringueiros, que é exatamente a figura do Padre Paolino Baldassari, um evangelizador que respeita as culturas e os povos, que se coloca, primeiro, como amigo, como solidário e, depois, se apresenta na condição de religioso. Ele sempre me manda cartas, sobre as quais faço sempre grandes reflexões. Temos, hoje, no Acre, uma política de Governo voltada para as populações tradicionais.

Temos um projeto de Governo que se coloca à disposição desse movimento de valorização e recuperação das populações tradicionais para que elas possam seguir em frente de cabeça erguida, com bons indicadores de desenvolvimento humano cultural, sócio-econômico, que também está inserido no choque das culturas que vivemos na Amazônia.

Com a carta, o Padre Paulino expressa muito bem esse sentimento de que há um verdadeiro choque cultural no contato entre os homens das cidades e os homens das áreas isoladas. Ele diz o seguinte:

Exmº e caríssimo Senador Tião Viana,
Saudações cordiais e sinceras. De volta de
uma longa viagem no rio Purus [todos os anos
ele faz uma média de 300 quilômetros de des-
sobriga, que é como ele chama a fase de evan-
gelização e ação solidária aos povos isolados],

a contato vivo com a realidade dos ribeirinhos e dos índios kulina e kaxinawá, gostaria de dar sempre notícias bonitas, mas muitas vezes devo dar notícias que não agradam muito.

Pude encontrar o Padre Paulino, há menos de um mês, no meio do rio Purus, quando ele vinha de uma desobriga e eu acompanhava a inauguração de uma unidade fabril chamada Casa de Farinha, ao lado do Governador Binho Marques.

Diz o Padre Paulino:

O problema dos índios kulina é o álcool. Até dizia um pequeno comerciante que viaja sempre no rio Purus, que, às vezes, precisava comprar alguns produtos de índios nas margens dos rios para sua alimentação [há um longo percurso a navegar nos rios amazônicos], como, por exemplo, uma galinha ou uma ovelha, que os índios têm, mas eles só vendem se tiver o álcool junto, só álcool, e isso é algo que traz muito desgosto a qualquer um que tente proteger os índios.

Diz o padre Paulino:

Quando era mais novo, ficava com eles meses, trabalhávamos em roçados e havia verdadeira fartura.

Chegaram até a ter quase 30 cabeças de gado em Santo Amaro e agora só tem 5; o resto foi vendido a troco de qualquer coisa, especialmente o álcool. As barracas todas caídas, e os índios viajando e criando problema nas cidades.

Nos tempos passados, tudo funcionava melhor, mas os cursos da Funai, da Uni (União Índio) e do Cimi (Conselho Indígena Missionário) tiraram as lideranças e os levaram para todo lado, e o povo ficava à toa e estes cursos ensinavam o caminho da cidade.

Viagem bonita, de graça, comida boa. Voltando, contavam tudo e, portanto, todos queriam ir à cidade. Na cidade, pegavam doenças venéreas, desconhecidas na aldeia. Não faziam mais os roçados e, às vezes, chegavam a passar fome. Foram dados muitos motores e embarcações. Foi outro erro. Aí começaram a viajar mesmo. E agora que têm as terras deles, não querem mais ficar nelas.

Os aposentados, os professores e funcionários querem baixar uma vez por mês [baixar é descer pelo rio] para retirar o dinheiro, cada um com a família, e, assim, o dinheiro não dá para nada, e a aldeia fica deserta e abandonada.

Os sanitários que foram construídos com tanto sacrifício estão todos abandonados, porque a bomba queima, fica quebrada, o motor quebrado e os tanques caídos e arrebentados – só tristeza.

Eu fico triste, mas eles felizes. Fazem barraquinhas nas praias, vão caçar jacaré ou roubar a macaxeira dos ribeirinhos. E se sentem felizes, porque, para eles, não existe tempo. E eles falam não do dia, mas da lua. Não interessa a barraca, algumas canaranas são suficientes para montar seus abrigos. A vida deles não muda.

Uma vez, viajava, e o motor quebrou por falta de óleo que não colocaram no Carter e quebrou tudo.

Fiquei triste e desanimado, mas eles tiraram uns varejões e, ficando com força, empurravam a frente do barco que andava mais veloz que sem o motor e me falarão, mostrando o varejão.

Este é o motor do índio, e a flecha ainda é arma dos Kulinas, derruba macaco e veado, porque cultivam uma canarana venenosa, que é como anestesia e, ao ser usada, o animal cai dormindo. Portanto, querer ou não querer, ainda têm a sua cultura. O mal foi de querer os Kulinas como um de nós. Para o Kulina, o que serve mais do que saber ler, o que vale mais entre eles é saber caçar e pescar e a mulher trabalhar no roçado. O maior mal foi ter ensinado o caminho da cidade e ter apresentado e pagado funcionários e professores.

Os Kaxinawá parecem mais organizados. Em toda aldeia tem forno com placa solar, tem até luz e televisão. Muitos são funcionários e são vestidos com luxo, enquanto as crianças passam fome. O grande defeito dos Kaxinawá foi ter incentivado, como fez a Funai, que eles deviam crescer muito para ser um povo numeroso. Acontece que a maioria dos homens tem até três a cinco mulheres, e a mulher é uma sofredora, vira escrava, me disse uma Kaxinawá que vai casar com um branco porque este tem só uma mulher. É um grave abuso quando eles ficam na condição de três a cinco mulheres por cada índio.

Conheci os Kaxinawá. O cacique podia ter duas mulheres, mas só os caciques. Agora, qualquer rapaz pode ter duas ou três mulheres e até casar, como é o caso do ex-prefeito de Santa Rosa dos Purus, que tinha cinco mulheres, e uma delas se aproximou e disse ao Padre que os filhos passavam fome.

Agora os crentes entram e querem apagar qualquer sinal de cultura, porque a cultura [segundo eles] não salva a alma. Os que sabem um pouco são tremendamente orgulhosos.

Como se vê, fiz uma descrição muito negativa, mas foi o que encontrei nessa última viagem. Será necessário estudar profundamente o problema.

Desejo-lhe tudo de bom e o parabenizo (...) pelo trabalho que faz e a coragem em favor da ética.

Que Deus e Nossa Senhora o ajudem sempre.

É o que diz Padre Paolino Baldassari.

Vejam, nada é mais emocionante do que encontrar esse homem, com seus 80 anos, dentro de um pequeno barco, no meio do rio Purus, um rio que é uma verdadeira corredeira, fazendo sua desobriga de 300km todos os anos, levando as boas notícias, suas boas impressões, que o desenvolvimento rural avança no Estado, que a qualidade de vida melhora porque as condições da economia tradicional começam a mudar, mas esse choque de cultura precisa ser muito bem refletido por nós, das cidades. Os gestores das políticas públicas temos de, cada vez mais, aprender a profundidade desse choque cultural, das contradições. Não bastam os antropólogos, não bastam os encontros anuais e permanentes que se têm nas cidades porque aquilo não resolve o que é uma estabilidade de vida e de qualidade de vida para um povo que tem uma cultura completamente especial, completamente distinta do nosso modo civilizatório, urbano de ver a vida e de ver a organização social.

Então, fica aqui mais um registro que faço. Isso faço com intervalo de alguns meses para que se possa compreender um pouco a profundidade e a complexidade do que é viver na Amazônia, em sua diversidade cultural, em suas vocações próprias e peculiares dos ribeirinhos, seringueiros, índios e trabalhadores rurais como um todo.

No mais, Sr. Presidente, eu gostaria de exaltar, em poucos minutos, o nosso Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, uma das figuras mais sérias e dispostas a fazer pelo Brasil que conheci em toda minha memória de vida, no acompanhamento do que é o trabalho do poder público no Brasil. Sua Excelência estará lançando, formalmente, o desencadear na Amazônia do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, com a reunião de todos os Governadores da região amazônica, entre eles os da região Norte, Parlamentares e representantes públicos para falar do processo de execução do Programa de Aceleração do Crescimento – nós estamos falando de bilhões de reais.

Nós nos assustamos diante da concentração da riqueza nacional, que emerge muito mais no Centro-Sul do Brasil. V. Ex^a é de uma região como a minha, carente de recursos, carente de investimentos, carente de desenvolvimento. A região Nordeste sabe o que significa a concentração da riqueza nacional numa região como o Sudeste, como o eixo Rio-Minas e São Paulo apenas. Isso não é justo para o Brasil. O Orçamento tem de ter um novo direcionamento, um novo curso de financiamento para as sociedades.

O Programa de Aceleração do Crescimento busca um aporte direto na área de infra-estrutura. No Acre, nós temos mais de trezentos milhões para investimento somente na área de saneamento básico. Na área de infra-estrutura direta viária, nós temos, consolidados, algo em torno de seiscentos milhões de reais até o ano de 2010. Vale ressaltar que no Acre é onde estamos mais avançados nos primeiros passos da execução do PAC no que diz respeito à integração rodoviária. Isso pode significar uma mudança do suporte ao desenvolvimento regional e uma contribuição para o desenvolvimento nacional.

As hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, no rio Madeira, significam um aporte de mais de seis mil megawatts para atender a demanda energética brasileira. Como o nosso País começará a viver graves problemas a partir do ano de 2011, nós temos pressa e temos o dever de encontrar uma solução rápida para a área de infra-estrutura.

Acho que o Brasil pode dar esse passo por meio do Programa de Aceleração do Crescimento.

Hoje, quando olhamos a estrutura portuária brasileira, vemos filas e filas de caminhões com a produção, com a riqueza do trabalhador, caminhões que esperam para carregar navios e fazer com que seja escoada essa produção para outros países. Quando olhamos as estradas, vemos um grande aglomerado, o completo engarrafamento, a sobrecarga de veículos levando as riquezas do Brasil e a impossibilidade de uma estrutura viária mais eficiente neste momento. Nos aeroportos, houve um salto de vinte milhões para cinqüenta milhões de passageiros ao ano. Aeroportos que comportariam apenas doze milhões de passageiros têm de conviver com dezoito milhões. Outros, que comportavam sete milhões, têm de conviver com mais de doze milhões por ano. Esse é o momento que vive o Brasil em decorrência de um lapso de investimento que ocorreu nos últimos 25 anos, pelo menos na área de infra-estrutura. O Governo agora tem o dever de promover a recuperação desse investimento na área de infra-estrutura, como os governos que sucederão o Presidente Lula precisarão fazê-lo pelo menos por mais dez anos.

Tenho muita confiança na boa execução desse programa, na sua execução com a devida responsabilidade. Com a Ministra Dilma como coordenadora direta do PAC, tenho certeza de que teremos a chance de dar uma boa resposta à sociedade brasileira e evitar o colapso, evitar o sofrimento e o drama de um país que tem tudo para crescer muito mais do que está crescendo hoje, mas se vê diante de uma dívida de infra-estrutura grande, que aflige todos aqueles que pensam o desenvolvimento nos moldes de que é merecedora a sociedade brasileira.

Então, quero dizer da minha alegria e fazer aqui o registro dos cumprimentos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da admiração permanente que tenho por Sua Excelência.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convido a usar da palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina e Líder de seu partido nesta Casa.

V. Ex^a usará o tempo que for conveniente, e eu, em minha maneira de ser, externo aqui a minha admiração: V. Ex^a passou por uma mudança muito agradável ao longo de cinco anos, está uma figura bela. Eu não sei se o Leonel Pavan vai concordar, mas V. Ex^a está elegante, magérrima, não está, assim, com um vermelho tão forte como no começo, está mais *light*. Seja feliz no pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Agradeço, Senador Mão Santa, mas lembro que ontem, quando V. Ex^a observou que eu ficava melhor de verde, eu lhe disse que, apesar de poder ficar melhor de verde, eu continuo gostando do vermelho, e muito. De qualquer forma, agradeço as considerações.

Venho à tribuna, Senador Mão Santa, somar algo ao pronunciamento do Senador Tião Viana. Também espero não fazer um pronunciamento muito longo, porque agora, às 10h30min, o Presidente estará exatamente assinando os convênios na área de habitação e saneamento com inúmeros Estados brasileiros, inclusive o Acre. O Senador Tião está indo para lá porque o Acre é um dos Estados que terá convênios assinados no dia de hoje. Também Santa Catarina estará entre esses Estados. Aliás, todos os Estados, os 27 Estados da Federação, todos terão obras, terão convênios, receberão recursos para investimentos na área de habitação e saneamento. Os 140 bilhões de reais que serão investidos no PAC na área de infra-estrutura social vão ser destinados a todos os Estados brasileiros, não haverá discriminação, não há viés partidário, preferência por prefeito ou governador mais próximo, mais alinhado.

O povo, seja de que canto for deste País, merece e tem direito a esses investimentos, que são investimentos importantíssimos.

Está mais do que provada a importância de se investir em saneamento. V. Ex^a, Senador Mão Santa, como médico, sabe muito bem que é sempre melhor prevenir. A Organização Mundial de Saúde comprovou que para cada real investido em saneamento se economizam quatro reais na saúde. Portanto, investir em saneamento é melhorar a condição de vida das pessoas e fazer com elas tenham uma vida mais digna e também mais saudável.

Santa Catarina é visto por todos como um Estado rico e é, indiscutivelmente, um Estado de desenvolvimento pujante, mas nós temos um dos piores índices de saneamento básico do País – freqüentemente eu brinco dizendo que perde até para o Piauí, viu Senador Mão Santa? Então, para nós lá em Santa Catarina, são extremamente bem-vindos esses recursos cujos convênios serão assinados.

Nós vamos ter algo em torno de R\$450 milhões – é a primeira fase do PAC para Santa Catarina – para serem aplicados em habitação e saneamento. Os municípios que serão beneficiados são os seguintes. O Município de Florianópolis receberá R\$111 milhões. As nossas praias, principalmente as praias de Florianópolis, é que vão ser as beneficiadas com o sistema de esgoto sanitário. Florianópolis, todo mundo sabe, é uma belíssima ilha, nós recebemos milhares de turistas todos os anos, mas a balneabilidade de nossas praias deixa muito a desejar, já temos inúmeros balneários que não têm mais condições de acolher de forma adequada sua população nem os turistas que recebem.

Portanto, são extremamente bem-vindos esses R\$111 milhões que vão ser aplicados no sistema de esgoto em Florianópolis. Além disso, nós temos R\$24 milhões para o Município de São José, também a serem aplicados no tratamento de água e esgoto; R\$56 milhões para Criciúma; R\$40 milhões para Blumenau; para Itajaí, quase R\$70 milhões; Joinville, R\$66 milhões; para o Município de Jaraguá do Sul, R\$16,7 milhões; São Joaquim, R\$7,1 milhões; e Tijucas, R\$13 milhões. Em todos esses municípios, os recursos deverão ser aplicados em obras de esgoto sanitário, saneamento básico de maneira geral.

Nós realizamos uma discussão com a Coordenação do PAC na área de habitação e saneamento, porque a regra para essa primeira leva de convênios a serem assinados era atender municípios acima de 150 mil habitantes. Mas Santa Catarina tem uma qualidade: a nossa população não está, como em outros Estados, profundamente concentrada, nós temos poucos municípios com mais de 150 mil habitantes. Portanto, se

a regra fosse aplicada rigidamente à maior parte desses municípios, provavelmente nós teríamos apenas quatro municípios atendidos nessa primeira etapa do PAC na área de habitação e saneamento. Houve uma ampla discussão e nós conseguimos incluir...

Conseguimos incluir Municípios de menor porte nessa primeira leva porque os projetos apresentados eram bastante adequados, viáveis, bem feitos, bem elaborados. Então conseguimos ter esse acolhimento e incluir todos esses Municípios. Na parte de urbanização e infra-estrutura urbana, a regra determinada pelo Presidente Lula foi rigorosamente seguida. Porque para a infra-estrutura urbana – urbanização, moradia – a regra do PAC da Habitação é priorizar absolutamente as comunidades em situação de risco, seja por desmoronamento, alagamento – as palafitas – ou risco social; comunidades sem políticas públicas, das quais o crime organizado, o tráfico de drogas tomaram conta. Portanto a entrada do Poder Público, com a adoção dos programas de infra-estrutura urbana e habitação, tem a lógica de tirar da situação de risco essas populações que são numerosas, significativas.

Aproveito para saudar a presença, aqui na galeria de honra, do nosso Deputado estadual Décio Góes, ex-prefeito de Criciúma, que é uma das cidades beneficiadas com R\$56 milhões para saneamento básico.

Nessa lógica de atender a populações em situação de risco, em Santa Catarina tivemos quatro Municípios beneficiados. Primeiro, Florianópolis, sua área central, o Maciço do Morro da Cruz, que é uma região de morros no centro de Florianópolis.

Nessa região, infelizmente, já temos situações muito parecidas com situações que vemos muitas vezes no Rio de Janeiro, com o tráfico de drogas controlando o acesso ao morro, controlando a vida das comunidades; portanto, a entrada desses quase R\$50 milhões para as obras de infra-estrutura no Maciço do Morro da Cruz é muito importante para a política pública chegar e retirar a população dessa situação de risco.

Em São José, serão R\$25 milhões a serem aplicados também em duas comunidades extremamente carentes, comunidades em situação de risco bastante grave no Bairro da Serraria e no Bairro de Potecas. No Município de Itajaí, algumas comunidades com risco físico, de alagamento, como a comunidade de Nossa Senhora das Graças, a comunidade do Imaruí e a Bacia do Ribeirão do Murta, receberão R\$35 milhões aproximadamente. Em Joinville, o Jardim Paraíso, que de paraíso só tem o nome: nesse bairro moram pessoas que enfrentam muita dificuldade, baixa renda, criminalidade crescente. Então, no Município de Joinville, no Jardim Paraíso serão R\$15 milhões de recursos para obras de infra-estrutura. Essa é a aplicação que esta-

mos comemorando em Santa Catarina. Hoje estão aqui o Governador, o Presidente da Companhia de Água e Saneamento do Estado e os Prefeitos para assinatura dos convênios. É muito importante fazer este registro: de todas as Prefeituras que vão assinar convênios, apenas uma é do PT. Talvez, na próxima eleição, consigamos recuperar algumas, ganhar outras, mas isso as urnas é que vão decidir. Nesse momento, os investimentos que o Presidente Lula está assinando hoje não têm nenhum viés de discriminação partidária.

Faço questão de dizer que Florianópolis é administrada pelo PSDB; São José, pelo PSDB; Criciúma, pelo PMDB; Blumenau, pelo PFL (Democratas); Itajaí é a única cidade administrada pelo PT; Joinville, pelo PSDB; Jaraguá do Sul, pelo PR; São Joaquim, pelo PP; Tijucas, pelo PMDB. Portanto, não há qualquer discriminação, exatamente em atendimento aos critérios e às necessidades, para que essas importantes obras sejam realizadas no Estado, a partir da determinação do Presidente Lula para que esses investimentos gerem emprego e renda e melhorem a vida da população, principalmente, Senador Geraldo Mesquita, aqueles que mais precisam.

Há os que não precisam, os que podem pagar, podem dispensar o Estado. Eles podem inclusive ficar cansados. Há um certo movimento dos “Cansei”. Eles podem ficar cansados... Como disse o Lembo, são as dondocas enfadadas. Eles podem ficar cansados porque não precisam levantar de madrugada e pegar duas ou três conduções para chegar ao trabalho, enfrentando uma greve do metrô. Nesse caso, não há apagão; só há apagão em determinadas situações. Eles não precisam vivenciar isso. Os “Cansei” – não sei do que eles estão cansados – já mostraram com quem eles estão vinculados, qual é o setor produtivo econômico que está com esse cansaço. É sempre importante registrarmos essa situação. Eu não poderia deixar passar a semana sem falar sobre esse assunto do “Cansei”.

Delfim Netto, de vez em quando, tem umas tiradas interessantes. Quando foi perguntado sobre o “Cansei”, ele disse: “Eles não perceberam que o Brasil cansou do paulistério”.

E é uma coisa interessante. Temos em São Paulo – não é brincadeira – a maior frota de helicópteros do planeta. Provavelmente, os proprietários da tal frota – da maior frota de helicópteros – são os “cansados”. Está muito claro. Várias pessoas fizeram críticas profundas pela partidarização, pelas ligações com partidos políticos de vários patrocinadores, e, pior, não só com partidos políticos, mas também com movimentos golpistas ocorridos anteriormente em nosso País que estão aí vinculados aos “cansados”.

Para que não pare qualquer dúvida, vou ler aqui trecho das declarações do Presidente da OAB do Rio de Janeiro, Wadih Damous.

Ele disse em entrevista a Paulo Henrique Amorim que o resultado previsível do movimento “Cansei” é o “Fora Lula”.

Presidente eleito tem que terminar o seu mandato, concordemos ou não com a gestão e com as formas que o governante tenha. Ele disse que se opõe ao “Fora Lula” como se opôs, no passado, ao “Fora FHC”.

Wadih Damous disse também que a OAB-RJ é contra o “Cansei” e não concorda que a OAB-SP tenha sido transformada na relações pública do movimento.

Algumas entidades que têm uma história não muito recomendável em termos de luta pela democracia no nosso País estão nesse movimento. A Fiesp, por exemplo, uma das artífices do golpe de 64, algumas personalidades que também não primam muito pela defesa da democracia, por exemplo, o empresário João Dória Júnior, disse Damous.

Para Damous, o “Cansei” é um movimento estreito pelo conteúdo e pelos componentes sociais, componentes vinculados às “entidades das classes mais abastadas de São Paulo”.

Waldih Damous comparou o “Cansei” ao movimento que precedeu o golpe de 1964. “Lembro-me de que foi desta forma que se gestou o golpe de 1964, com uma indefinição momentânea, com uma crítica muito genérica, caminhando em linha reta, mas isso levava ao golpe, como levou,” disse Damous.

Portanto, é uma crítica de alguém que obviamente não tem qualquer vinculação com o PT nem com o Governo Lula, mas que coloca de forma muito clara o que esses “cansados” representam. E estão cansados do quê? Estão cansados de andar de helicóptero, enquanto a população está lá agora com uma greve de metrô? Enquanto a população aguarda mudanças e distribuição de renda como efetivamente está acontecendo?

E nem venha me dizer, Senador Geraldo Mesquita, que a classe média também está tendo prejuízo com o Governo Lula, porque não tem cabimento dizer que a classe média está tendo prejuízos tão gritantes e significativos porque temos aqui, por exemplo, em relação ao consumo:

Vendas no comércio: o crescimento das vendas de todos os produtos do comércio no Brasil, até maio de 2007, é de 9,5%. Sabem qual produto que teve o crescimento de 21%, batendo o recorde? Foi o de automóveis. Quem compra automóvel? É a classe “E”? É a classe média, com certeza. Então, até para a própria classe média, inclusive sabemos de situações em que há muita reclamação, está reclamando sem se ater a mudanças significativas em suas próprias vidas, como crescimento do emprego, fo-

ram mais de um milhão de empregos criados; o consumo das famílias cresce há quatorze trimestres consecutivos. Além do crescimento de emprego, a massa salarial esta crescendo em torno de 8% ao ano. Se temos uma inflação em torno de três, três e pouco por cento, estamos tendo um crescimento da massa salarial muito mais que o dobro da inflação do período.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, trago aqui o agradecimento de Santa Catarina ao Presidente Lula pelos contratos e convênios que serão assinados hoje como também esta reflexão aos que estão cansados. Os que estão cansados de andar de helicóptero em São Paulo vão pegar um metrô em greve para ver como fica a vida, e, assim, a gente ter um pouco de responsabilidade para com o momento político em que o País vive, um momento econômico extremamente favorável.

E os que estão cansados, ligados aos que já nos governaram, estão com saudades do quê? De a gente recorrer três a quatro vezes ao Fundo Monetário Internacional porque o País quase quebra? De a gente ter a dilapidação do patrimônio público com as privatizações? Este ano entrou no país de investimentos internacionais mais de US\$60 bilhões, muito mais do que entrou na época em que os amigos dos cansados governavam o País, inclusive, com privatização, porque entrava recurso para se apropriar do patrimônio brasileiro. Então, eu acho que é muito importante a gente poder fazer essas reflexões.

E para os que estão cansados vão poder pegar um pouquinho no duro para ver o que é a vida da população. Porque quem tem a vida melhorada por saneamento, por habitação, por emprego, por oportunidade de estudar numa universidade devido ao ProUni, estes não estão cansados; muito pelo contrário, estão animadíssimos. E é, por isso, que o Presidente Lula foi reeleito, porque mudou a vida da maioria das pessoas, das pessoas que mais precisavam que a vida mudasse. E para os cansados, bom fim de semana naqueles resorts em que eles têm oportunidade de descansar.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB-AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, ilustre representante do grande Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira;

Sr^{as}s e Srs. Senadores presentes; brasileiros e brasileiras que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Senadora Ideli Salvatti, com todo o respeito e admiração, realmente é legítimo o entusiasmo com que V. Ex^a falou. V. Ex^a melhorou muito, fisicamente, intelectualmente. V. Ex^a está uma mulher bela, elegante, e isso é importante para a mulher. V. Ex^a realmente fala com o entusiasmo de melhora, estou sentindo, é verdade. Em todos os aspectos, inclusive no menos importante, o econômico, V. Ex^a melhorou. Então, V. Ex^a está dizendo a verdade. Olha-se no espelho diariamente. Melhorou. Está encantadora, é uma verdade. Mas lembro-me, e quis Deus que Geraldo Mesquita estivesse presidindo esta sessão. Rui Barbosa, jurista como V. Ex^a, escreveu um credo. V. Ex^a sabe. A mocidade estudiosa sabe. Estudamos as crenças dele. Não abracei o estudo das leis, como V. Ex^a, que se aproxima de Rui Barbosa. Sou um médico cirurgião, mas, às vezes, dá certo, não fico complexado diante do reconhecimento da sabedoria que V. Ex^a representa. Como disse Montaigne, o pão de que mais a humanidade precisa é a justiça.

Olhando daqui, relembro Juscelino Kubitschek, médico cirurgião como eu, andou até no Exército também, foi médico de Santa Casa, foi prefeitinho, foi governador, foi até cassado, humilhado, tirado daqui. Ele deixou uma mensagem, que trago agora – e vou afirmar as minhas crenças, Ideli. Ele disse que é melhor ser otimista; o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado. Eu sou otimista. As minhas crenças não são as do Rui Barbosa, mas eu as tenho e as confesso aqui. Posso confessar minhas crenças.

Primeiro, este Senado melhorou. É um dos melhores Senados dos 183 anos. Ó Geraldo Mesquita, você, que está como Presidente, faço um requerimento, pois quero uma CPI que investigue minha vida toda, desde o dia em que nasci até hoje. Aí eles ficam com chantagem e não sei o quê. Olha, enfrentei a ditadura nos anos 70, calado, porque era um da fábrica do meu avô, candidato, mas votei já no PMDB em 1972. Eu pegava Elias Ximenes do Prado, e, juntos, ganhamos, em 1972, da ditadura na maior cidade do Piauí. Fui secretário de saúde, depois outra vez secretário de saúde do município, prefeito, deputado, governador por duas vezes. Aí até tem um processo... Ó Geraldo Mesquita, desde 70 na vida pública. Eles pensam que chantagiam. Eu quero é uma CPI para investigar minha vida toda. Eu estou é pedindo. Ouviu, Geraldo Mesquita? Chantagem... 1970... E eu deixo aqui escrito: vasculhem a minha vida.

A telefônica... Eu e minha família fomos gravados a vida toda. Você acha que um homem que está fazendo oposição, que Rui soube fazer e Joaquim Nabuco também – até ficou solitário, como eu estou aqui hoje, para defender os escravos – tem medo dessas

chantagens? V. Ex^a também deve ter sido chantageado. Eu vou deixar por escrito um pedido de CPI para investigar minha vida toda, desde o primeiro cheque que emiti, do Banco da Lavoura, quando eu cheguei à cidade de Parnaíba.

E vencemos a ditadura em 1972. Geraldo Mesquita, os homens da ditadura eram muito mais honestos do que os que estão aí. Eu não estou dizendo que não houve truculência, perseguições e tiranias de alguns, mas eu convivi com Castello Branco, que era um homem honrado e honesto. Convivi com Geisel. Com João Baptista de Figueiredo eu tomei dois porres com ele, lá na casa do Governador Lucídio Portela. Eu era do PMDB, novinho. Lucídio, irmão do Petrônio, não bebia e o homem foi lá inaugurar uma obra, ia jantar, ele sabia e botou na mesa uns... Eu mais novo, e ainda gosto de tomar umas quando posso. Não tomo escondido; tomei lá no seu Acre. Aliás, eu sou médico e sei mais psicologia do que todos aqui; V. Ex^a sabe mais direito do que eu, mas eu sou médico e estudei. E vi: João Baptista Figueiredo era um homem probo, honrado, honesto e puro. **In vino virtus, in vino veritas.** Eu vi. Ele, bebendo, disse coisas que não posso repetir, porque eu estaria traindo a amizade. Mas eu vi a pureza das ações dele. Era aquilo, ele era um militar “Vamos reabrir a democracia”. E ele reabriu, o Geisel mandou. É como se dissessem: vai para o Iraque. E ele ia. Ele era militar; não era político mesmo. Mas eu convivi com ele e essa é a minha impressão.

Agora, roubalheira tem agora. Eu nunca vi tanta roubalheira neste País. Geraldo Mesquita, este Senado está melhor porque hoje é sexta-feira e sexta-feira nunca funcionou, segunda-feira nunca funcionou, e nós estamos aqui para falar para você que trabalha, para você brasileira e brasileiro, estudante que não foi corrompido pela direção da UNE. Nunca na história deste País se corrompeu a UNE. Olha essa é a verdade. Nós estamos aqui... Eu aprendi de Brossard, Brossard num período mais difícil do que esse – eu li o livrão dele, Geraldo Mesquita, e estou lendo o seu. Ontem eu me preocupei que eu andei aqui e fui à casa de Alberto Silva, que está convalescente, prestar-lhe uma homenagem... E cadê o livro? Aí eu me lembrei que estava no meu gabinete, senão eu pediria outro. Mas eu li o de Brossard, jurista também. Ele disse que chegou aqui... Atentai bem! Por isso estou aqui. Brossard. No livrão grosso de 80 anos dele, está escrito que Brossard disse que foi eleito e o que podia fazer? Esta é a mensagem dele: falar, discursar, contestar. Ele fazia discurso de três horas e trinta minutos aqui. E foram fundamentais. A força da palavra vale mais do que balas de canhão.

Aí o Petrônio, inteligente, fez esse regramento e cerceou a palavra para uma hora, como quiseram fazer

agora. Foi até o nosso Tião Viana, lá do Acre, que foi diminuindo o tempo. Antigamente a gente podia falar 40 minutos. Mas o Petrônio deu o freio. E sabe o que o Brossard fez? Ele, que fazia um discurso por semana, passou a fazer três.

Esse é o nosso dever. Eu posso dizer isso. Venham me tirar daqui. É difícil. Isso aqui é a história do mundo.

Essa campanha contra o Senado... A campanha contra Geraldo Mesquita, eu vi. Eu fui à terra dele. O pai dele foi governador. Olhem o patrimônio de outros e olhem o dele. Jurista. Anda numa simplicidade... Pensam que atemorizam a nós. É isso. Se tem erro? Tem.

O Cristo que nós seguimos tinha um Senado bem pequenino. Só tinha doze membros, mas não teve complicação lá? Teve. Com ele, o Filho de Deus, não teve? Não teve bandidagem no meio deles. **Errare humanum est.** Mas não vamos permanecer em erro. Esse é porque estamos aqui. Sexta-feira. Nunca. Porque nós aqui somos a voz do povo. Isso é muito sério. É uma tentativa... E já vi discurso aqui de que o Presidente da República devia ter o direito de fazer plebiscito. Fazer plebiscito para ter o terceiro mandato, para ser rei, para ficar no lugar do Santo Galvão. Solta mais bolsa família, a mídia e tal. Mas tem que passar pelo Senado.

Chamei Cristo e ele nasceu com Cristo. Isto aqui é obra de Deus, entenda isso.

Queria é estar eternamente lá na minha praia do Coqueiro abraçado com minha mulher. Estou aqui por essa missão. Não cansei. Não estou nessa não, não cansei não. Vi lá. "Minha terra tem palmeira onde canta o sabiá". Mas o mais bonito é isso, ele disse: "Não chores, meu filho, Não chores, que a vida é luta renhida: Viver é lutar. A vida é combate, Que aos fracos abate; Que os fortes e os bravos só pode exaltar".

Somos fortes e bravos, Geraldo. Estamos aqui para exaltar o forte e bravo sofredor o povo brasileiro. Ninguém está cansado, não. Estamos aqui. E foi com Cristo que Moisés quis cansar. Quebrou as leis de Deus. E, atentai bem, a primeira Constituição desta Casa é a Lei de Deus. Eu não vou citar os dez, mas não vamos permitir essa que o PT desrespeita: "Não roubarás". Nunca se roubou tanto neste País. Eu não conheço. Não existe. Eu estudo história. Nunca se roubou tanto.

Aí está. Aí Moisés quebrou tudo e ouviu a voz de Deus: Não desista, busque os mais velhos, os mais sábios para lhe ajudar. Eles o ajudarão a carregar o fardo do povo. Aí é que nasceu a idéia de Senado – Grécia, Itália, Cícero, Roma, Rui Barbosa, aqui nós. É por isso que estão dizendo: vamos fechar. Já ouvi discurso aqui – houve um aqui – que o Presidente deveria fazer um plebiscito direto. Ora, com essa máquina, com tudo. O Hitler fez várias eleições de plebiscito com a

máquina, com o dinheiro. Ganhou todas. Hitler nunca perdeu uma eleição.

Goebbels, pai de Duda Mendonça. Uma mentira repetida se torna verdade. O PT ganhou a medalha de ouro da mentira nessas olimpíadas. Vamos acabar passando os Estados Unidos, se contarmos as medalhas que o PT ganha de mentira, de corrupção. Hoje vimos aqui para o povo ver o testemunho de dificuldades. Sexta-feira. Nunca houve reuniões aqui na sexta-feira. Estamos em crise, mas estamos vigilantes.

Como Rui Barbosa, como Joaquim Nabuco defendendo os escravos. Foi aqui. Ele esbravejando, solitário. Todo mundo queria que ficassem os escravos, principalmente os ricos. Ele era jornalista, não teve direito de escrever mais em nenhum jornal, teve de ir para Londres. É essa a luta, e esse é o Senado. Esse é o Senado onde Afonso Arinos, com Getúlio envolvido, no final de sua vida, com Gregório, pelo crime, bradou daqui, dizendo que tudo era mentira. Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o mar de lama?

Mas eu digo agora: será mentira essa corrupção? Será mentira o mensalão? Ontem a Justiça disse que a transferência de partido era um sacrilégio da democracia. Aquele, o Presidente novo do STF. Então, Marco Aurélio traduziu ontem. Será mentira isso tudo? E os hospitais sucateados? Será mentira a falência da educação? Será mentira essa insegurança que nós temos? Será mentira o apagão aéreo? O apagão moral? O apagão das histórias? Então estamos aqui. E eu não acredito.

Ouvi dois discursos, o do Tião Viana, que tem que estar na dele, tão bom, e o da graciosa, da encantadora Ideli Salvatti – está bonita –, creio que enaltecedo... Eu pergunto: Será mentira que levaram quatro anos falando em PPP? Você se lembra Geraldo Mesquita? Quatro anos falando em PPP – Parceria Público Privada. Vocês se lembram? Falaram em PPP quatro anos. Vamos fazer, são milhões e tal... Se houve dinheiro, roubaram tudo. Eu não vi nenhuma obra. E agora mudou. Falam em PAC. É aquele negócio...

Edison Lobão, como este Senado é importante.

Presidente Sarney, eu gosto muito de V. Ex^a, que é um homem de bem, é um estadista, mas permita-me ter um diálogo sobre esse negócio de liderança. Eu me lembro que Getúlio Vargas era um homem extraordinário. Senador Geraldo Mesquita, eu estou lendo o diário dele. Ô homem trabalhador! O Luiz Inácio disse que não gosta de ler, que ler uma página de um livro é uma canseira, é uma besteira, é melhor fazer uma hora de esteira, é mais agradável. Mas alguém deveria ler o Getúlio. Ô homem trabalhador! Geraldo Mesquita, leia o diário... Então o nosso Luiz Inácio... Como fez

o Brasil? Olha esse Getúlio era trabalhador e era um homem de vergonha e de virtude.

Aí diz-se que ele fez a ditadura, mas eu digo que era um momento histórico para ele entrar; na eleição tinha havido corrupção, foi uma guerra. Os paulistas quiseram tirá-lo, em 1932; foi uma outra guerra. E depois veio a Segunda Guerra Mundial. Então, ele governou nessas circunstâncias. Mas, ô homem trabalhador!

Geraldo Mesquita, V. Ex^a deve ser, isso está escrito nos céus, Governador do seu Estado. Eu vi o respeito que o povo todo lá sente, gritando. O PMDB lá tem história, e fiquei satisfeito. Mas eu queria aconselhar o amigo. De repente, eu fui eleito prefeito da minha cidade e fiquei com medo. Eu ouvi o Juscelino dizer que tinha medo de ter medo, mas eu tive, confesso. Aí eu disse: eu vou me lascar. Eu era cirurgião numa sala de santa casa e seria prefeito? Quando eu vi chegando o dia da posse, fiquei com medo. Então eu aprendi a estudar. Nós sabemos estudar. Eu acredito no estudo. As crenças minhas são: creio em Deus, creio no amor, creio na família, creio no estudo, creio no trabalho. Rui Barbosa fez o dele, mas as minhas são assim. Aí eu comecei, ô Figueiredo, a estudar. A minha Adalgisinha dormindo, e eu estudando no meu quarto, eu olhava, queria abraçar, mas não, eu estou lascado. Rapaz, como eu fui entrar nessa fria: prefeito. Cirurgião bem conceituado, bom nome, extraordinário, bem formado, minha família podia e eu fiz todos os cursos. E agora vou me lascar, porque de cirurgião para prefeito... Aí eu comecei a estudar.

E ia se aproximando o dia 1º, e eu disse: Tô lascado, que besteira eu fiz. Podia ter ficado aqui, né? Operando bem e famoso. Aí, lá pela madrugada, eu acho que lá pelo dia 28 ou 29, a posse era no dia 1º, eu com medo, Geraldo, de madrugada, a Adalgisa dormindo, eu não sabia se estudava ou se a abraçava, ou se era o medo, mas de repente, Figueiredo, eu li o livro: **Taylor, o mago da administração**. Ele disse que administrar é fácil, é como ser cirurgião – aí eu tomei coragem –: tem que ter coragem, tem que ter decisão, saber começar, saber terminar, tem que trabalhar em equipe, ter noção do tempo – a anestesia raique é 45 minutos. Então, tem que fazer, controlar, ser o chefe, agir. Não é se queixar, se lamentar. É ter ação; de nada vale um simples treinamento.

Henri Fayol, que é o pai da administração, disse: unidade de comando. O cirurgião é o comandante no centro cirúrgico, tem sua equipe, o anestesista. Então, unidade de comando e unidade de direção. E disse mais Henri Fayol: planejar, organizar, orientar, coordenar e fazer o controle. Isso é a síntese do pai da ciência da administração. Mesquita, aí ele disse: o pré-operatório é o planejar; a operação é o trânsito, a obra; e o pós-

operatório é o controle. Então, já está na formação do cirurgião. É Juscelino Kubitschek.

Por isso, quando vi, o homem era ligeiro, porque quando a gente pensava, e eu fui, e pela obra que fizemos como Governador do Estado do Piauí, em condições adversas, e nunca comprei, nunca fiz um título eleitoral, nunca comprei um voto, e estamos aqui. Mas eu fiz uma pesquisa hoje: a pessoa que teve mais votos na história do Piauí sou eu. Se somarem todos, pode ser que apareça, mas se somarem todos os milhões de votos...

Então, eu acreditei nisto e não acredito nisto. Por quê? Porque eu vim aqui aprender no Senado. Primeiro orador, Edison Lobão. Ô Presidente Sarney, é o que eu queria dizer: O Getúlio Vargas, grande homem, que fez o Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público), que mandou Wagner Estrelita escrever um livro sobre chefia e liderança, do Dasp. Critério de promoção é a coisa mais séria que eu aprendi, estudando. Quando morreu, ele tinha filho, tinha sobrinho, tinha genro, Amaral Peixoto. O sucessor dele foi João Goulart. Eu acho que nesse time do Sarney o mais forte é Edison Lobão. Por isso, ele veio hoje e deu uma aula. Estava o Senador Tião Viana, e eu digo: aprenda. Ele enfrentou uma turbulência pior do que essa. Antonio Carlos Magalhães está pelo céu, pelas suas obras. Tiago disse: A fé sem obras já nasce morta. A sua fé era com obra; ele fez muita obra. E o do Pará, o Jader Barbalho, do nosso Partido. O Edison Lobão, firme, atravessou o mar vermelho e entregou este Senado às mãos santas de Ramez Tebet, que está no céu.

Então, este Senado é isto. Mas Edison Lobão disse, atentai bem, que essa palhaçada de PPP, de PAC, e as obras inacabadas... Ele disse que fez uma comissão e citou. Então, só no Piauí, ontem, eu citei dez obras inacabadas. É tudo mentira! Agora, vão fazer propaganda, e a mídia enganando. Era o PPP, parceria público-privada. Agora, é o PAC.

Sobre as obras inacabadas, tem no Piauí um porto que começou com Epitácio Pessoa; iam construir a estrada de ferro, mas enganaram Alberto Silva. Não respeitaram nem a idade dele. O Luiz Inácio não é temente a Deus. Pegou o bom Alberto Silva ali, que é engenheiro, amante do direito; e eu, da medicina e cirurgia. Ele é engenheiro ferroviário. Então, foram lá e disseram que, em sessenta dias, os trens estariam funcionando. Rapaz, eu ouvi a zoadá: "Pi, pi, Presidente!" Era Governador, Prefeito, enfim, o trem. Geraldo Mesquita, eu vi a estrada de ferro de vocês. Não, foi em outro Estado que eu vi isso, em Rondônia. Não há aquela? Está do mesmo jeitinho, não mudaram nada. Pelo menos, há um museu lá. Naquela não há nem museu, não colocaram nem um dormente. Então, o PT é essa mentira.

Levaram o Alberto Silva, do PMDB, que me largou. Mas eu não o culpo, ele foi enganado. Quem é que está livre de ser enganado? Enganou, levou os votos. Nem um dormente! E em sessenta dias estava funcionando o trem. Em Teresina, há o esqueleto de uma ponte que o Luiz Inácio e o Governador disseram que era para os 150 anos de Teresina – e ela já está com 156. No mesmo rio eu fiz uma ponte em 87 dias – engenheiro do Piauí, construtora do Piauí, dinheiro – e chamei Fernando Henrique para bailar. Botei o nome de um prefeito, líder maior, Wall Ferraz. O Heráclito fez uma ponte em 100 dias. E está há seis anos um metrô de superfície lá, um trem parado. O Hospital Universitário, ele denunciou que estava nas obras. O Edison Lobão, a Ponte da Amizade. São dez mil obras inacabadas. Então, vamos acabar, Luiz Inácio!

Sabe por que estou aqui, Geraldo Mesquita? Estou aconselhando no que eu posso. Quando eu não sei, eu não sei. Já cheguei muitas vezes para V. Ex^a e pedi que redigisse para mim, como é juridicamente. Eu sei as minhas limitações. Mas eu quero ensinar Luiz Inácio agora. Esta Casa só tem esse sentido. Nós temos que ser os pais da Pátria. No dia em que eu achar que não posso, vou para minha praia, para o delta, ficar abraçado com a minha Adalgisa, tomando água-de-coco. Eu fui prefeitinho, fui Governador de Estado e quero lhe ensinar, agora, Luiz Inácio. Não há ninguém do PT aqui. Estão aí nas mordomias. A gente tem que acabar. Sabe por que estou aqui? Esse Alberto Silva é um homem trabalhador, tocador de obra. Então, ele foi governador num momento infeliz, fecharam o banco; o Collor, não sei, deixou o funcionalismo atrasado sete meses. Aí, veio outro, gente muito boa, o Senador Freitas Neto, sabido, só pagou a folha de pagamento, fez as obras dele e deixou as do Alberto inacabadas. Então, eu peguei e fui acabar as do Alberto Silva. Ele pensa em tudo, mas engenheiro... O cirurgião é objetivo, ele tem noção do tempo. Por isso que o mago da administração (**Best and Taylor**) disse... Se um cirurgião começar, der uma raquianestesia e não der para tirar o menino, ele está morto, complica. Ele tem noção disso. E eu acabei as obras.

O Luiz Inácio tem que acabar as obras inacabadas – no Piauí, a ferrovia, o Hospital Universitário, a Transcerrado. Anunciou cinco hidroelétricas, Geraldo Mesquita, sendo que há uma que está pela metade, a de Guadalupe, em que faltam as comportas para o rio ser navegável. Anuncia cinco e não termina a que existe? Concluída por Castello Branco, mas faltam as comportas. Vamos terminar a que há lá, vamos terminar o Porto de Luís Correia, vamos terminar as obras! Eu não sei – é para V. Ex^a pensar – quantas obras inacabadas há no seu Estado. Mas pense aí. Ontem eu citei dez aqui.

Depois, nós ouvimos o pronunciamento de Geraldo Mesquita, essa figura de probidade. Quis Deus ele estar aqui presente e dar esse atestado. Brasileiras e brasileiros, sexta-feira, agosto... Nunca este Senado, em 183 anos, esteve aberto a atender o povo e os reclamos do povo. Geraldo Mesquita, na sua probidade, veio aqui. Tem o estilo dele, foi muito cônscio, teceu respeito aos Ministros – eu achei bonito –, ao Ministro da Educação e ao Ministro da Saúde, que conheço pessoalmente. São jovens. Tenho mais experiência que eles, porque tenho 64 anos. Já fui prefeitinho, eles não foram; já fui Governador, eles não foram; fui Deputado, eles não foram; sou Senador, eles não foram. Às vezes, faço críticas, porque acho que cada um dos Senadores é como eu, tem uma história a contar, uma experiência, com aquele anseio que Deus disse a Moisés: “Busque os mais velhos e os mais sábios”. No início, na Grécia, era necessário ter 65 anos para ingressar no Senado.

Senador Geraldo Mesquita, ao tratar da questão da saúde, V. Ex^a foi, vamos dizer assim, muito elegante. Permita-me acrescentar à sua elegância, porque a sabedoria está no meio, as palavras de Ciro Gomes. Eu já votei em Ciro Gomes, na primeira vez. Vizinho ali. Ele foi Governador. Sobral, a cidade dele, é perto da minha. Eu nem conhecia a Patrícia. Votei nele na primeira vez. Eu trouxe o jornal em que Ciro Gomes diz: “Estão me vetando, porque eu não concordo com tudo. Por exemplo, esses hospitais das grandes cidades estão todos sucateados. Isso é uma esculhambação”. Eu trouxe o jornal. Não vá querer me levar para a Ética, não. Eu nunca tinha dito a palavra esculhambação, mas eu trouxe o jornal com essa declaração de Ciro Gomes, que não é da equipe, queixando-se de que o estavam vetando pelo que ele fazia.

Cito outro texto, Geraldo Mesquita, que eu pediria ao povo que lesse.

Há um livro do Kotscho, um jornalista íntegro, correto. Ele foi Secretário de Imprensa. Ele escreveu um livro de cujo nome não estou lembrado, mas que eu li. É bom. Como é o nome dele, Geraldo, você que sabe mais que eu? É Kotscho. É bom. Ele é estrangeiro, nasceu na Europa, veio da guerra, foi secretário do Lula. Ele diz a verdade.

E, agora, o Frei Beto. Aí foram reclamar do Frei Beto. Ele disse: Não, vou criticar. Eu critico até a Igreja. Tem erro, tem que mostrar. Frei Beto.

Agora, o Lula vive cercado de alopradados, puxasacos, que querem os lugares. Ouça o Kotscho, Lula. Leia o livro. Mande alguém ler o livro do Kotscho, que é seu companheiro, um homem de vergonha. Eu li, estou fazendo até o **marketing** dele. Ô livro bom! Aprende-

mos. Ele foi Secretário de Imprensa. Quarenta anos. E o Frei Beto também. Então, essa é a verdade.

Mas Geraldo Mesquita entrou com elegância: o clamor dos doentes de alta complexidade de câncer. E falou sobre a cultura, os livros, a deficiência da educação. Que belo pronunciamento. E quero convidá-lo, repito, a ir ao Piauí. Eu estou lendo o seu livro, **Política ao Alcance de Todos**. Vou falar com Alberto Silva – a quem visitei ontem – para que arrume uns compêndios daqueles. E depois levo V. Ex^a e sua encantadora esposa para relaxar lá no nosso delta.

Depois vimos como esta Casa é importante. Tião Viana e Ideli, com essa loa, e as PPPs. Eu não acreditei, não saiu nada. Eu não vi. Estão aí as parcerias. Cadê os aeroportos, cadê os aviões, cadê as estradas? E agora estamos aqui.

Mas por que eu não creio? Rui Barbosa fez um livro. Bonito o negócio dele. Ele escreve assim como Geraldo Mesquita. As minhas crenças: eu creio em Deus, eu creio no amor, eu creio na família, eu creio no estudo, eu creio no trabalho, eu creio que o bem vence o mal, eu creio que existe honestidade. Então, por que eu não acredito? Não acredito!

Outro dia, Geraldo Mesquita, brasileiras e brasileiros, foi feita uma pesquisa para saber quem devia ser o presidente do mundo. Mandela ganhou! Vida de mártir, foi preso 27 anos, a cor, o negócio de racismo... O Mandela, o maior líder, devia ser o presidente do mundo. Em segundo lugar, de acordo com a pesquisa, quem devia ser presidente do mundo: Bill Clinton. Quer dizer, isso foi uma pesquisa. Eu acho o Bill Clinton mais... Por quê? Bill Clinton foi quatro vezes Governador do Estado de Arkansas. Bill Clinton chegou à Presidência da República e teve humildade. Advogado, promotor, como V. Ex^a, do Direito, da Justiça, casado com a Hillary, que é advogada brilhante. E Bill Clinton viu que era complicado ser presidente, Luiz Inácio. Bill Clinton, advogado, promotor, quatro vezes governador. Bill Clinton. Aí, ele se retraiu e mandou buscar os melhores técnicos. Apontaram o Ted Gaebler e David Osborne, que fizeram o livro **Reinventando o Governo**. V. Ex^a tem de ler, Senador Geraldo Mesquita. Sei que V. Ex^a sabe muito.

Aí ele disse que a democracia é complicada, é difícil. Resumindo, diz o seguinte: o governo não pode ser grande demais, não dá certo. E dá o exemplo do Titanic, um navio majestoso tecnicamente, era grande demais e afundou. Então, a estrutura do governo tem de ser menor. Não acredito por isso.

Este Governo. Estudei história, nunca tivemos mais de 16 ministros. Nunca. Agora, o Luiz Inácio: sou o maior. Nunca houve mais. Nos Estados Unidos, não dá 10. Lá, os ministros são chamados de secretários.

Aqui são 16, o máximo. De repente, aumenta para quase 40, para dar emprego a companheiros. Então, para aquilo que era essencial – segurança, saúde, educação – o dinheiro é o mesmo, o cobertor é curto. Foi tirado para esses ministérios que estão aí. Geraldo Mesquita, V. Ex^a que é um homem culto e preparado, não sei o nome de dez desses ministros, eu que estou aqui e é meu dever. Acho que os brasileiros não conhecem cinco ministros desses que estão. E os recursos foram tirados da saúde que V. Ex^a reclama, da segurança de que o povo sofre e da educação que está acabada. Essa é a verdade. O dinheiro é um só. Fui prefeitinho e sei disso.

Cada ministério começa humilde. Mas logo que chega, é gritando, quer não sei o quê, quer dinheiro, quer não sei mais o quê. Esse que chegou aí agora, esse jurista... Ah, é dinheiro! Todos querem. Então, cada ministeriozinho desses tira... Aí, eles querem os DAS, os carros, o avião, os telefones; e as despesas... E aí caiu. Nós não temos o essencial: segurança, educação e saúde. Essa é a verdade.

Mas por quê? Aqui está o exemplo. Renan Calheiros – não me pronunciei sobre este episódio. Por quê? Eu não sei. Geraldo Mesquita, que simboliza muito, V. Ex^a aí está simbolizando – olha só a responsabilidade – Rui Barbosa, o Direito. Eu sou cirurgião. A gente vai, Geraldo. Para onde for, você leva a sua formação profissional. Como é? Ó, Figueiredo! Quarenta anos, eu cirurgião, com aquele comportamento, com aquelas decisões. Cheguei aqui, vai mudar o que, rapaz? Você leva, para onde você for. Se você for prefeito, se quiser fazer um bem, como Governador, lá para o seu Rio Branco, você leva a sua formação, os seus princípios. A gente leva a formação do cirurgião de cumprir, de responsabilidade, de ética, não é? Então, essa é a verdade.

E por que eu não acredito? Olha, meu amigo, aí está a Ideli – a bela Ideli, hoje, pode ser até Miss Santa Catarina. Eu não sei se ela é casada ou solteira. Digo com todo o respeito: ela está elegante. É, não, maior e tal. Está tudo bom, e não sei o quê, e tudo...

Não está, não. Acho que o Luiz Inácio não é temente a Deus. Eu queria até encontrar agora o Frei Beto, que o deixou lá, vou dizer por quê: é justo um funcionário que se dedicou – eu, por exemplo –, é justo um funcionário público que se aprimorou, em quem o País investiu, que se dedicou, ter 3% de aumento? Aqueles que têm DAS, os quase 24 mil nomeados diretos, 140% de aumento? Ô, Geraldo Mesquita, não sei, justiça... Rui Barbosa disse que só tem um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. Isso é justo? Ô, brasileiro, aposentado... Vou dar um exemplo muito real. Deus é muito bom para mim, o povo do Piauí, maravilhoso,

porque sempre ganhei eleições e nunca fiz um título de eleitor, nunca comprei um voto. Mas, se eu não fosse Senador... Ô, Zezinho, quero conversar com você. É justo? Se eu não fosse Senador, não estivesse aí, sei lá... Até o PT, pelas posições políticas, não vimos, em Santo André, o que aconteceu? E se alguém quisesse matar o Mão Santa? Aí, a D. Adalgisa ficava viúva. Tenho 40 anos de serviço como cirurgião. Sou aposentado. Geraldo Mesquita, nem olho o contracheque, 40 anos indormidos, numa santa casa – bala, apendicite, hérnia estrangulada, úlcera perfurada –, e eu, de madrugada, os pobres e os ricos, 40 anos.

Nem olho o contracheque, porque dá gastrite e úlcera. Mas, se eu não fosse Senador, a Adalgisa iria ficar...

E, ao mesmo tempo em que esses pilantras, picanetas, vai gente entrar ganhando – está aqui a tabela, o meu assessor, Figueiredo –, nesse Chico Mendes, R\$10.448,00. Ô, Geraldo Mesquita, com todo respeito ao Mercadante, que considero o melhor quadro do PT, mas mais respeito tenho ao pai dele, que o educou e sei que é General do Exército.

Mercadante, antes de defender essa prostituição, essa proliferação de vadiagem, de dar empregos pela porta larga, criando coisa, dividindo coisa, peça ao senhor seu pai – tome a bênção – o contracheque dele. Pergunto aos generais do meu Brasil, aos almirantes – Almirante Barroso, Marechal Castello Branco e Duque de Caxias – e aos brigadeiros – Brigadeiro Eduardo Gomes –: olhem os seus contracheques, pois quero denunciar por isso. Nabuco estava sozinho para libertar os escravos. Não pensem... Eu não cانsei, não. Está aí o Geraldo Mesquita. Nabuco estava sozinho, defendendo a liberdade dos escravos, não é verdade? E pergunto: olhem seus contracheques, brigadeiros: R\$10.448,00 – foi o Figueiredo que trouxe a informação, e acredito nele; o nome dele é o mesmo do General Figueiredo.

Então, vão entrar pela porta larga vários pilantras do PT ganhando R\$10.448,00. Dividiu o Ibama, e a pilaçada... Deixa-me contar a V. Ex^a: o Ibama só tem 18 anos. Agora que se está formando e se estruturando. Aí, vai dividir para criar mais lugar. Vai gente entrar, brasileiras e brasileiros. Meus amigos ali do Bolsa Escola: R\$10.448,00 – eu vim aqui por isso. É essa farra. Eu acho que Luiz Inácio não é temente a Deus! Entra pessoa sem concurso, ganhando R\$10.448,00. Cada ministério, cada porcaria dessa criada é um bocado de DAS. Eu estou lendo o maior, tem os menores, mas os menores não são tão menores, não. O menor mesmo é R\$1.977,00. Brasileiras e brasileiros, quanto é que vocês estão ganhando? Porque o menor que vai nessa farra... Por que não melhoraram o salário dos médicos, dos professores, dos policiais? Não melhoraram... Ô,

Zezinho, ontem você viu que eu dei uma brava aqui! Aí, a Ideli disse: "Ah, mas tem uma corda..." Ah, amanhã, eu pego de volta, porque aqui, comigo, não tem esse negócio, não.

Acabooooou, acabou esse negócio de acordão aqui, nós vamos é pro pau aqui. Isso é imoral. Mercadante, peça o contracheque de seu pai e traga: se seu pai, general, se aproximar e ganhar isso, eu voto pela criação. Isso é uma imoralidade. Luiz Inácio – eu votei a primeira vez em Luiz Inácio e me decepcionei –, quero lhe dar um ensinamento como médico: arrependimento não mata não, porque senão eu já tinha morrido.

Olha, um aprendizado que tive foi quando fui ao México e ouvi as palavras de um general lá que foi presidente: "Eu prefiro o adversário que me diz a verdade ao aliado puxa-saco que me engana". Luiz Inácio, V. Ex^a está rodeado de aloprados, puxa-sacos que estão lhe enganando. Talvez V. Ex^a nem saiba disso, mas V. Ex^a, ao mandar uma medida provisória,...

Renan discursou bem dali por sua candidatura. Eu fiquei em dúvida: José Agripino, o outro candidato, era muito bom. Você também ficou um pouco em dúvida, mas nós, pela fidelidade que temos – desde a fidelidade às mulheres, ao lar, como Pedro Simon –, votamos em Renan.

Eu ouvi o discurso de Renan. Geraldo Mesquita, Renan disse: "Eu vou combater essas medidas provisórias que estão descaracterizando o Senado". Para a edição de medidas provisórias, a Constituição exige que haja urgência e relevância, e isso não é urgente, isso pode ser feito via projeto de lei em quarenta dias. O Governo, que tem maioria na Câmara e aqui, pode fazer isso. Não tem razão uma imoralidade dessa, não há urgência.

Sabem por que admiro Napoleão Bonaparte? Geraldo Mesquita, Napoleão Bonaparte, no fim, moribundo, às vésperas de morrer, disse o seguinte: "Eu não fui bom, eu não fui mau, eu não fui tirano, eu não fui corrupto, mas eu fui firme".

Então, Renan, V. Ex^a está demonstrando que tem firmeza, mas eu quero ver sua firmeza ao tirar essa medida provisória que o Romero está lhe atentando aí por negócio de governo, por não-sei-quê. Confie nesta Casa com poderes legislativos, entregue a homens como Geraldo Mesquita para fazer uma lei boa e justa. Quero ver a firmeza de V. Ex^a, Renan, quero ver se derrubará o veto do Presidente Luiz Inácio à Sudene. Nós criamos, trabalhamos quatro anos e, aí, ele vetou o oxigênio, os recursos para a Sudene. Foi só para fazer demagogia que a criou. V. Ex^a mande, isso é da Constituição, Renan. Seja firme, Renan, tenha direito a repetir as frases de Napoleão. Submeta os vetos à votação.

Fui prefeitinho, fazia leis que vetavam; os vereadores votavam, derrubavam vetos. Também fui governador. Não estou diminuído, isso é do jogo democrático e não do jogo da submissão, da subserviência, da indecência que passa nesta Casa. Traga para ser derrubado, na terça-feira, o veto dado à criação robusta da Sudene.

Essas são as minhas palavras. Agradeço ao Geraldo Mesquita, mas ainda quero dizer que não cansei não: "A vida é um combate que aos fracos abate e aos fortes e bravos só pode exaltar". Forte, bravo e sofredor é o povo do Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005** (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2006** (nº 5.919/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria mil, novecentos e cinqüenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue dois mil, cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; e dá outras providências; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007** (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que altera o art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e o inciso I do caput do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª instância, e dá outras providências (estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais).

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004**, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a

Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005** (nº 3.167/97, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 155/2007

Brasília , 1º de agosto de 2007

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Humberto Souto – PPS/MG, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 382/2007, que “dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI N° 22, DE 2007-CN
MENSAGEM N° 101, DE 2007-CN
(nº 552/2007, na origem)**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00 (um bilhão, novecentos e sete milhões, oitocentos e três mil, setecentos e dezoito reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 269.252.853,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e cinqüenta e três reais);

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 314.570.990,00 (trezentos e quatorze milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e noventa reais), sendo:

a) R\$ 62.914.198,00 (sessenta e dois milhões, novécentos e quatorze mil, cento e noventa e oito reais) proveniente de Recursos Ordinários; e

b) R\$ 251.656.792,00 (duzentos e cinqüenta e um milhões, seiscentos e cinqüenta e seis mil, setecentos e noventa e dois reais) proveniente de Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa; e

III - anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 1.323.979.875,00 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões, novecentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

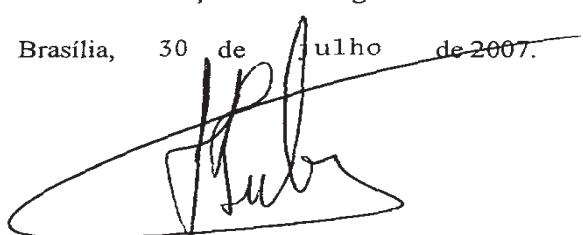
Brasília,

Mensagem nº 552

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 30 de julho de 2007.



EM nº 00171/2007-MP

Brasília, 30 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de

2007) no valor de R\$ 1.907.803.718,00 (um bilhão, novecentos e sete milhões, oitocentos e três mil, setecentos e dezoito reais), em favor do Ministério do Trabalho e Emprego.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daquele órgão às suas reais necessidades de execução, de acordo com a seguinte demonstração:

Discriminação	Suplementação	R\$ 1,00	Origem dos Recursos
Ministério do Trabalho e Emprego	1.907.803.718	1.323.979.875	
Ministério do Trabalho e Emprego (Administração direta)	314.570.990		
Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.593.232.728	1.323.979.875	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006		269.252.853	
Excesso de arrecadação		314.570.990	
Recursos Ordinários		62.914.198	
Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa		251.656.792	
Total	1.907.803.718	1.907.803.718	

3. A suplementação atenderá despesas com o pagamento dos benefícios relativos ao seguro-desemprego, nas suas diversas modalidades, e do abono salarial, em razão do aumento do número de beneficiários em relação ao previsto na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2007. Ademais, garantirá o pagamento de despesas com o Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, uma vez que, de acordo com a previsão da receita constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2007, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 522, de 20 de julho de 2007, a dotação aprovada na Lei Orçamentária de 2007 não será suficiente para fazer frente aos gastos no corrente exercício.

4. O presente crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários e das Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa e de anulação parcial de dotação orçamentária, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e do art. 63, inciso I, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, Poder Executivo, 2007.

5. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 1º, da Lei nº 11.439, de 2006, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se referem à suplementação de despesas obrigatórias consideradas no cálculo do referido resultado, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2007, de acordo com o detalhamento a seguir:

Itens (1)	Dotação Atual (2)	Avaliação do terceiro bimestre (3)	Margem para Crédito (c) = (b) - (a)	R\$ Milhões
				(a) (b) (d)
Abono e Seguro Desemprego	15.632,4	17.225,7	1.593,2	1.593,2
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1.673,5	1.988,0	314,6	314,6

- (1) Compatível com o detalhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2007.
 (2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.
 (3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

6. Em atendimento ao disposto no art. 63, § 11 e 12, da Lei nº 11.439, de 2006, demonstram-se, em quadros anexos, os excessos de arrecadação e o superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos, utilizados parcialmente no presente crédito.

7. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
 (Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

Fonte 40: Contribuições para os Programas PIS/PASEP	Brasil	50.071.165
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)		300.366.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)		31.113.147
Créditos Extraordinários abertos (C)	0	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)		269.252.853
- Abertos	0	0
- Em tramitação (1)		269.252.853
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)		0

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27.07.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

NATUREZA	2007 LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	R\$ 1,00	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
12104700 Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	300.279.398	368.251.197	67.971.799	
12104800 Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	33.633.798	26.124.597	-7.509.201	
19125300 Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	703.598	3.019.768	2.316.170	
19125400 Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	78.798	214.227		
	Total	334.695.594	397.609.092	62.914.498
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0	
Créditos Extraordinários abertos (E)			0	
Créditos Suplementares e Especiais (F)			86	
Abertos			0	
Em tramitação (1)			623	
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			0	
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			0	

* A fonte 100 em questão diz respeito à parcela correspondente à Desvinculação de Receitas da União – DRU, incidente sobre a arrecadação da fonte 184 – Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27/07/2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

Fonte 84: Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa

NATUREZA	2007 LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	R\$ 1,00	
			EXCESSO/ FRUSTRADA (C) = (B) - (A)	
12104700 Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	1.201.117.592	1.473.004.791	161.240.110	
12104800 Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	134.535.195	104.498.391	698.361	
19125300 Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Emprego sem Justa Causa	2.814.395	12.079.075	10.754.193	
19125400 Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	315.194	856.911	6.749.120	
Total	1.338.782.376	1.590.439.168	251.656.792	
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0	
Créditos Extraordinários abertos (E)			0	
Créditos Suplementares e Especiais (F)			251.656.792	
Abertos			0	
Em tramitação (1)			251.656.792	
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			0	
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			0	

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27/07/2007.

LEGISLAÇÃO CITADA
LEI N° 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI N° 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 18. Excepcionam-se de disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União.(Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

Art. 66. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, na forma prevista no texto da Lei Orçamentária, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 5º do art. 77 desta Lei:

I - até 31 de julho, no caso das reestimativas de aumento realizadas no primeiro semestre; e

II - até 15 de outubro ou 15 de dezembro, conforme se trate de abertura de créditos mediante projeto de lei ou por decreto, respectivamente, no caso das reestimativas realizadas no segundo semestre.

Parágrafo único. O prazo de 15 de dezembro, previsto no inciso II deste artigo, poderá ser prorrogado até 30 de dezembro se a abertura do crédito for necessária à realização de transferências constitucionais ou legais por repartição de receitas.

LEI COMPLEMENTAR N° 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001

Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização)

**PROJETO DE LEI N° 23, DE 2007-CN
MENSAGEM N° 102, DE 2007-CN
(n° 556/2007, na origem)**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei n° 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00 (oitenta milhões, novecentos e noventa mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO : 47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
UNIDADE : 47101 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	V	AL O R	
		0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS								80.990.000	
		OPERACOES ESPECIAIS									
09 274	0154 0739	INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS (LEI N° 10.559, DE 13/11/2002)								80.990.000	
09 274	0154 0739 0001	INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS (LEI N° 10.559, DE 13/11/2002) - NACIONAL	S	3	1	90	0	300		80.990.000	
		TOTAL - FISCAL								0	
		TOTAL - SEGURIDADE								80.990.000	
		TOTAL - GERAL								80.990.000	

Mensagem n° 556

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 31 de julho de 2007.

EM nº 00173/2007/MP

03000.003496/2007-46,

Brasília, 30 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00 (oitenta milhões, novecentos e noventa mil reais), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotação orçamentária destinada ao pagamento de reparação econômica de caráter indenizatório aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, inclusive os acréscimos decorrentes da concessão de novas indenizações, da antecipação de parcelas prevista na Portaria nº 65, de 7 de março de 2007, e do pagamento de valores retroativos de que trata a Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.

3. Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2007, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 522, de 20 de julho de 2007, conforme a seguir demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO (1)	R\$ 1,00			
	DOTAÇÃO ATUAL (2)	AVALIAÇÃO DO 3º BIMESTRE (3)	MARGEM PARA CRÉDITO (4)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CRÉDITO
			(c) = (b) - (a)	(d)
ANISTIADOS	72.000.000	152.990.000	80.990.000	80.990.000

(1) Compatível com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2007.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária por competência.

5. Finalmente, cabe salientar que se encontra em anexo a demonstração do superávit financeiro

apurado no exercício de 2006, utilizado parcialmente no presente crédito, discriminado por fonte de receita, em atendimento ao disposto no art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 2006.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: João Bernardo de Azevedo Bringel

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
 (Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

	R\$ 1,00
Fonte 00: Recursos Ordinários	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	342.845.279
Créditos Extraordinários abertos (C)	3.194.576.105
Créditos Suplementares e Especiais (D)	332.822.874
- Abertos	3.600.225
- Em tramitação (1)	329.222.649
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	683.664.280
Saldo F = (A-B-C-D-E)	14.988.132.462

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.
 (1) Inclui o valor do presente crédito em 24.07.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI N° 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

LEI N° 11.354, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.

Conversão da MPV nº 300, de 2006

Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
 Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizar-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI N° 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Exceutam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Exceutam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União.(Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

**PROJETO DE LEI N° 24, DE 2007-CN
MENSAGEM N° 103, DE 2007-CN
(n° 557/2007, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 197.391.229,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 197.391.229,00 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e nove reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25103 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR										
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	B	G	R	M	I	F	U	T	E	V A L O R
		0770 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA										197.391.229
		ATIVIDADES										
04 122	0770 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA										197.391.229
04 122	0770 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	I	I	90	0	300				197.391.229
		TOTAL - FISCAL										197.391.229
		TOTAL - SEGURIDADE										0
		TOTAL - GERAL										197.391.229

EM nº 00174/2007 - MP

03000-003492/2007-68

Brasília, 30 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor de R\$ 197.391.229,00 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e nove reais), em favor do Ministério da Fazenda.

2. O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotação orçamentária da Secretaria da Receita Federal do Brasil que se mostra insuficiente para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais em decorrência da apropriação, no orçamento do corrente exercício, de parte da folha de pagamento relativa ao mês de dezembro de 2006.

3. Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2007, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 522, de 20 de julho de 2007, conforme a seguir demonstrado:

GRUPO NATUREZA DE DESPESA (1)	DOTAÇÃO ATUAL (2) (a)	AVALIAÇÃO DO 3º BIMESTRE (3) (b)	MARGEM PARA CRÉDITO (4) (c) = (b) - (a)	R\$ 1,00	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CRÉDITO (d)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	119.321.169.726	119.550.433.755	229.264.029		197.391.229

(1) Compatível com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do Terceiro bimestre de 2007.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

(4) Foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 31.872.800,00, cujo impacto, acrescido ao presente crédito, zera a margem para crédito.

5. Finalmente, cabe salientar que se encontra em anexo a demonstração do superávit financeiro do exercício de 2006, utilizado parcialmente no presente crédito, discriminado por fonte de receita, em atendimento ao disposto no art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 2006.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Assinado eletronicamente por: João Bernardo de Azevedo Bringel

Fonte 00: Recursos Ordinários		R\$ 1,00
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)		19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)		342.845.279
Créditos Extraordinários abertos (C)		3.194.576.105
Créditos Suplementares e Especiais (D)		332.822.874
- Abertos		3.600.225
- Em tramitação (1)		329.222.649
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)		683.664.280
Saldo F = (A-B-C-D-E)		14.988.132.462

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.
(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.07.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI N° 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 18. ~~Exetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Pùblico Federal.~~

§ 18. Exetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Pùblico da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Pùblico promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Pùblico não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 3-8-2007

até 8-8 publicação e distribuição de avulsos;
até 16-8 prazo final para apresentação de emendas;
até 21-8 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e
até 5-9 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM N° 125, DE 2007

(Nº 572/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 5 a 10 de agosto próximo, em viagem oficial ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá.

Brasília, 2 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 761 - C. Civil.

Em 2 de agosto de 2007

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 5 a 10 de agosto próximo, em viagem oficial ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 6, de 2007, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combi-

nado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, participei, no final do mês passado, do I Congresso de Municípios da Amazônia Ocidental, realizado em Manaus, ocasião em que, ao lado de um elenco de problemas que acabaram se transformando em documento final, pude constatar, como uma das principais reivindicações dos Prefeitos da região, o descontingenciamento das verbas da Suframa, para que esses recursos permitam novos, urgentes e necessários investimentos na área.

Presidida pelo Prefeito de Rio Preto da Eva, Anderson José de Souza, a Associação dos Municípios do Amazonas inicia agora esforços na área estadual e na federal, em especial junto aos Ministérios.

As reivindicações, pelo que observei, são justas, algumas urgentes, a começar pelo descontingenciamento das verbas da Suframa. Do total de R\$345 milhões previstos no Orçamento, os Prefeitos reivindicam, de imediato, a liberação de ao menos R\$115 milhões para investimentos.

Desde logo, considero-me engajado nessa luta, que é legítima, como já tive ocasião, repetidamente até, de pleitear o fim do contingenciamento desses recursos.

Além disso, o documento final do Congresso da Amazônia Ocidental inclui reivindicações também nas áreas dos Ministérios das Minas e Energia, das Cidades, do Turismo, da Educação, da Saúde, dos Transportes, e do Meio Ambiente.

Os Prefeitos da Amazônia Ocidental pedem a criação de escolas técnicas na área, a interiorização das universidades, criação de novas unidades de conservação florestal/ambiental, além da intensificação de programas de formação de técnicos de gestão ambiental.

Na área do Ministério das Cidades, querem os Prefeitos que sejam alocados recursos para a elaboração de Planos Diretores nos Municípios, bem como, do Ministério do Turismo, apoio financeiro para a realização de diagnóstico econômico da área, bem como a liberação de emendas parlamentares para projetos no setor de turismo ecológico, que é uma das vocações da Amazônia.

Aplaudo a iniciativa da Associação dos Municípios do Amazonas, em primeiro lugar pelo correto levantamento dos problemas que os afligem.

Peço ao Presidente Anderson José de Souza, da AMA, que faça chegar aos Prefeitos a certeza da

minha firme disposição de continuar desenvolvendo esforços em favor dos Municípios.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, um estudo divulgado na semana passada pelo Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, realizado a pedido do Ministério da Saúde, revela o quanto vem custando ao Brasil a falta de políticas eficazes de contenção da criminalidade. O estudo toma 2004 como base e calcula que, naquele ano, o custo da violência foi de R\$92,2 bilhões. Isso representa 5,09% do Produto Interno Bruto do País, ou seja, R\$519,40 por habitante. Desse total, R\$28,7 bilhões correspondem a despesas efetuadas pelo setor público e R\$63,5 bilhões de custos bancados pelo setor privado.

Para dar uma idéia do quanto representa esse valor, ele é três vezes e meia maior que a quantia a ser aplicada este ano pelo Governo Federal em saneamento básico, recuperação de estradas e construção de escolas e hospitais. E é dez vezes maior que o orçamento do Bolsa Família.

No caso do setor público, os custos abrangem os gastos com segurança pública da União e dos Estados, incluindo penitenciárias e despesas com saúde resultantes da violência. Para o setor privado, os custos incluem a perda de capital humano por mortes prematuras, a contratação de segurança privada e de seguros e as perdas de bens materiais por furtos e roubos.

É importante ressaltar que esse cálculo deve estar distante da realidade, pois os pesquisadores não incluíram nele os custos com o sistema de justiça, as perdas com a redução do número de turistas, com o fechamento de empresas situadas em áreas com altos índices de violência – e, claro, os chamados “custos intangíveis”, que são a dor, o sofrimento, o medo e a perda de produtividade causados por traumas.

O estudo mostra que, entre 1980 e 2004, o número de homicídios cresceu a uma taxa anual de 5,6% no Brasil, fazendo com que representassem 37,9% do total de 127 mil mortes por causas não naturais ocorridas em 2004. Informa também que, de 24 milhões de ocorrências criminais no Brasil, apenas 28% chegam ao conhecimento da Justiça.

Apesar do panorama preocupante que o estudo evidencia, os gastos com segurança pública só crescem nos orçamentos estaduais. No Rio de Janeiro eles aumentaram em 102,2%, entre 1995 e 2005, enquanto o Governo federal reduziu sua participação nas despesas de 18,9% para 10,7% no mesmo período. Quatro Estados – São Paulo, Minas Gerais, Rio de

Janeiro e Bahia – gastam R\$20 bilhões por ano com segurança pública.

Dados como os revelados pelo estudo do Ipea confirmam o que já enfatizei em inúmeros pronunciamentos nesta Casa: a necessidade urgente de reformular a legislação para reprimir o crescimento da criminalidade e de criar políticas integradas e sustentáveis de prevenção e de combate à violência, com articulação entre os Estados e o Governo federal. Os números que o Ipea divulgou são assustadores, mas refletem o resultado de muitos anos do descaso. O preço que estamos pagando é altíssimo, e só tende a subir, caso não sejam tomadas providências imediatas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 15 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS NA SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 2007, QUE ORA SE REPÚBLICA PARA RETIFICAÇÃO.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o desenvolvimento de um país envolve um conjunto enorme de prioridades e de atividades, algumas das quais não podem ser descuidadas, nem relegadas a um plano secundário, sob o risco de prejudicar o desempenho do todo.

Assim, não há desenvolvimento econômico verdadeiro que se sustente sem o correspondente desenvolvimento social; da mesma forma, não há verdadeiro e continuado progresso sem que também progridam, em paralelo, as ciências e a tecnologia.

Vemos hoje, Sr's e Srs. Senadores, as dramáticas mudanças que ocorrem no perfil de riqueza das nações mais bem aquinhoadas. O que já foi predomínio da riqueza agrícola, num passado distante, ou da riqueza industrial, num passado mais recente, hoje se configura na preponderância significativa dos frutos da inteligência humana. Mais e mais, naquelas nações, cresce a importância das patentes e dos direitos autorais na composição do PIB, seja em softwares, seja em produtos e processos derivados da pesquisa científica.

O impacto da ciência e da tecnologia, capaz de definir, no decorrer do século XX, um novo quadro de liderança política mundial, a favor dos Estados Unidos

da América, também mudou radicalmente a geografia econômica, trazendo ao primeiro plano nações do porte do Japão e outras, um pouco mais tarde, na órbita do oceano Pacífico.

Essas seriam razões suficientes a ilustrar a importância, para o Brasil, das iniciativas de pesquisa científica ligadas ao Programa Antártico Brasileiro, que completa 25 anos de existência, em 2007.

Mas o Programa, Sr. Presidente, cresce ainda mais em relevância quando consideramos as recentes e alarmantes notícias sobre a aceleração do aquecimento global, cuja realidade e cujo nível de risco para a humanidade não podem mais ser negados ou subavaliados, em face dos estudos recentemente divulgados pela Organização das Nações Unidas.

Em resumo, o Programa Antártico Brasileiro, além de constituir iniciativa relevante na área da pesquisa científica, com imenso potencial de aplicação tecnológica, colabora ainda no esforço mundial de avaliação das mudanças climáticas, e de contenção das ameaças trazidas pelo fenômeno do aquecimento planetário.

A comemoração dos 25 anos de nossa presença na Antártida, além de tudo, coincide com as iniciativas do Ano Polar Internacional 2007–2008, destinadas a estudar a interação da região dos pólos com as variáveis climáticas e ambientais do restante do planeta, sob patrocínio do Conselho Científico Internacional e da Organização Meteorológica Mundial.

É essa, portanto, a ocasião propícia para saudar aqueles que, com sua competência e coragem, compõem o grupo de cientistas e de técnicos que operam,

em difíceis condições de trabalho, a Estação Antártica Comandante Ferraz, nossa base no Continente Gelado. É essa, também, a ocasião de relembrar o esforço dos contingentes da Marinha e da Aeronáutica que, a bordo dos nossos navios oceanográficos ou dos Hércules C-130 da FAB, garantem o suprimento ininterrupto das equipes da base polar.

É hora, sobretudo, de parabenizar a atuação dos demais organismos envolvidos no projeto, seja no segmento científico, a cargo do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas, do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a intensa colaboração da área universitária pública; seja no segmento ambiental, coordenado pelo Grupo de Avaliação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

Constitui motivo de grande orgulho, para nós brasileiros, sua competência, sua dedicação e seu desempenho, numa área tão vital para o desenvolvimento nacional.

Por último, chamo a atenção para o ainda insuficiente aumento dos volumes orçamentários com os quais o Governo Federal vem dotando nosso Programa Antártico. Aos 10 milhões de reais anualmente destinados ao Proantar, o MCT agregou, em 2007, mais 9,2 milhões, com perspectivas concretas de que se estruture, segundo declarações do próprio Ministério, um patamar novo e continuado de financiamento à pesquisa científica brasileira na Antártida.

Nada mais justo! Nada mais oportuno!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – (vago)¹ *
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery^(S)*
PSDB – Flexa Ribeiro^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Moraes*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *

DEM – José Agripino*

DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto ^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*

PSDB – João Tenório^(S)

BLOCO-PTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*

BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*

DEM – Maria do Carmo Alves **

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro^{**(S)}

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado^{*(S)}
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *

PMDB – Valter Pereira^{*(S)}

PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *

DEM – Adelmir Santana ^(S)

PTB – Gim Argello^{**(S)}

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *

PMDB – Leomar Quintanilha*

DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*

PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*

PMDB – Valdir Raupp*

BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*

PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾	
(DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007

Designação: 5.6.2007

Instalação:

Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA	
(DEM/PSDB)	
(vago) ³	1. Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2. Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB

Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB

Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB

Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT**Vice-Presidente:** Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**Vice-Presidente:** Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago)¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azzeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB

Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
2. Patrícia Saboya – PSB .	
PMDB	
Inácio Arruda – PcdB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) [†]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[†] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp 2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995	4ª Eleição Geral: 13.03.2003
2ª Eleição Geral: 30.06.1999	5ª Eleição Geral: 23.11.2005
3ª Eleição Geral: 27.06.2001	6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (*) Vago
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), ocorrido em 20-7-2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



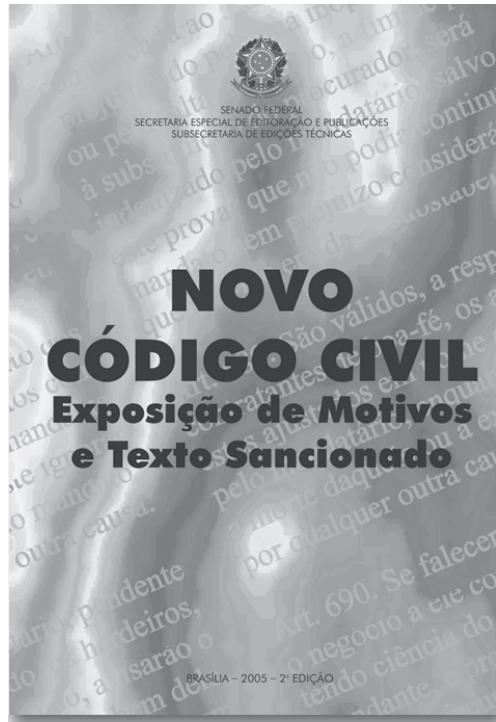
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 82 PÁGINAS